INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Avaliação do programa *Apps for Good* numa Escola de um Estabelecimento Prisional

Joana Margarida Gamas Ferreira

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:
Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Avaliação do Programa *Apps for Good* numa Escola de um Estabelecimento Prisional

Joana Margarida Gamas Ferreira

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:
Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.
Paulo Freire

Agradecimento

A conclusão desta fase académica deve-se muito a todos os que me rodeiam, em especial, aos meus pais, à minha avó, à minha irmã e o meu cunhado que sempre acreditaram no meu trabalho e apoiaram-me de forma incondicional na sua concretização, nunca esquecendo o apoio emocional. Ao meu namorado, o Miguel que em todos os altos e baixo desconstruiu as minhas preocupações com soluções e mostrou-me que com disciplina e dedicação tudo é possível.

Aos meus amigos, a Madalena pela preocupação, motivação e presença em todos os momentos. A Ana, Joana e Soraia que estando na mesma fase académica nunca deixaram de me apoiar em tudo. Ao Gonçalo, Tomás e Duarte pelo incentivo e pelas boas energias.

Ao meu orientador, Domingos Fernandes pela disponibilidade, paciência e incrível partilha de conhecimentos.

A toda a equipa do CDI Portugal que me deu a oportunidade de contribuir para a inovação social e educacional através do *Apps for Good*. Aos alunos, professoras e direção do Estabelecimento Prisional de Aveiro pela entrega e motivação na cooperação no presente estudo.

Resumo

O *Apps for Good*, iniciado em 2014, é um programa educativo tecnológico que desafia alunos e professores em Portugal, ao longo de um ano escolar, a criarem soluções tecnológicas para problemas sociais ligados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano letivo de 2021/2022, a Escola do Estabelecimento Prisional de Aveiro (EPA) participou pela primeira vez no programa, possibilitando uma avaliação piloto neste contexto. A presente dissertação, de natureza qualitativa, concentra-se na avaliação da viabilidade e do impacto do programa *Apps for Good* junto dos participantes**.** Para tal, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas, conduzidas junto de dois alunos, três professoras, um membro da direção da EPA e da gestora do programa. Os resultados demonstram a existência de adequação do formato do programa, dos conteúdos e da metodologia à realidade prisional o que confere viabilidade. Relativamente ao impacto, refletiu-se no desenvolvimento das competências técnicas, interpessoais e socio emocionais adquiridas pelos alunos, bem como na sua reintegração social. O programa promove ainda a inovação no contexto escolar do Estabelecimento Prisional (EP) e no desenvolvimento pessoal e profissional das professoras. Foi possível identificar recomendações, como a necessidade de capacitação de ferramentas tecnológicas nos Estabelecimentos Prisionais (EPs); valorização e apoio aos professores; apoio aos alunos de forma presencial através dos especialistas; e a necessidade de cada EP preparar um plano estratégico de modo a mitigar possíveis desafios na implementação.

Palavras-Chave: avaliação, educação, políticas publicas, avaliação de programas, estabelecimentos prisionais

Abstract

Apps for Good, which began in 2014, is a technological education program that challenges students and teachers in Portugal, over the course of a school year, to create technological solutions to social problems linked with one or more of the17 Sustainable Development Goals (SDGs). In the 2021/2022 school year, the Aveiro Prison School (EPA) participated in the program for the first time, enabling a pilot evaluation in this context. This qualitative dissertation focuses on evaluating the viability and impact of the Apps for Good program among participants. To this end, semi-structured interviews were conducted with two students, three teachers, a member of the EPA board and the program manager. The results show that the program's format, content and methodology were adapted to the prison reality, which gave viability. As for the impact, it is reflected in the development of technical, interpersonal and socio-emotional skills acquired by the students, as well as their social reintegration. The program also promotes innovation in the prison school context and the personal and professional development of the teachers. It was possible to identify recommendations such as the need for training in technological tools in prisons (EPs); valuing and supporting teachers; face-to-face support for students by specialists; and the need for each EP to prepare a strategic plan in order to mitigate possible implementation challenges.

Keywords: evaluation, education, public policies, programme evaluation, prisons

Índice

Agradecimento v
Resumo vii
Abstract viii
Glossário de Siglas xi
CAPÍTULO 1 1
Introdução 1
CAPÍTULO 2 3
Enquadramento do Estudo 3
2.1. Breve Enquadramento das Políticas Públicas de Educação em Portugal 3
2.2. Políticas Públicas de Educação no Sistema Prisional em Portugal 4
2.3. Educação de Adultos 5
2.4. Programas Educativos e Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais 7
2.5. Acesso e Utilização das Tecnologias no Contexto do Sistema Prisional 8
CAPÍTULO 3 11
O Programa *Apps for Good* 11
3.1. A Organização não-governamental *Center of Digital Inclusion* (CDI Portugal) 11
3.2. Descrição do Programa *Apps for Good* Portugal 12
3.3. Descrição do Programa *Apps for Good* Portugal nas Escolas dos Estabelecimentos Prisionais 17
3.4. O Estabelecimento Prisional de Aveiro e o Espaço Escolar 18
3.5. O Programa *Apps for Good* no Estabelecimento Prisional de Aveiro 19
CAPÍTULO 4 21
Avaliação do Programa no EPA 21
4.1. Breve Reflexão Acerca do Domínio do Conhecimento da Avaliação 21
4.2. A Teoria do Programa 22
CAPÍTULO 5 27
Método 27
5.1. Objetivo geral e questões do estudo, objeto da avaliação e participantes 27
5.1.1. Contributos da avaliação para o desenvolvimento das políticas públicas 28
5.2. Abordagem metodológica 28
5.3. Considerações éticas 30
5.4. Limitações da avaliação 30

CAPÍTULO 6 31
Resultados da Avaliação 31
Viabilidade 31
Impacto 36
CAPÍTULO 7 39
Conclusões e Recomendações 39
Referências Bibliográficas 41
Anexos 46
Anexo A – Objetos, dimensões, questões, público-alvo 46
Anexo B – Entrevistas 49

Glossário de Siglas

AfG – *Apps for Good*

CCDV- Centro de Cidadania Digital em Valongo

CDI Portugal- *Center of Digital Inclusion*

DCATP- Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional

DGRSP- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EFA- Cursos de Educação e Formação de Adultos

EP- Estabelecimento Prisional

EPA- Estabelecimento Prisional de Aveiro

EU- União Europeia

IEFP, I.P.- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

LBSE- Bases do Sistema Educativo

ME- Ministério da Educação

MJ- Ministério da Justiça

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SNQ- Sistema Nacional de Qualificações

TIC- Tecnologias de informação e comunicação

CAPÍTULO 1

Introdução

Na era digital em que vivemos, a tecnologia tornou-se não apenas uma parte integrante das nossas vidas quotidianas, mas também uma ferramenta que pode contribuir para transformar e melhorar os processos de educação e formação. Este cenário, de rápida evolução tecnológica, não redefiniu apenas a forma como comunicamos, mas também como aprendemos e ensinamos. Neste contexto, têm emergido programas educativos inovadores como o *Apps for Good* que oferecem oportunidades únicas para desenvolver conhecimentos e competências essenciais e necessárias para que as pessoas se integrem plenamente nas sociedades, que deveriam ser propagadas em todas as suas instituições, incluindo, nas escolas dos Estabelecimentos Prisionais. Este programa permite que os alunos criem aplicações para *smartphone* ou *tablets* com o intuito de contribuir para a resolução ou mitigação de problemas sociais. O programa não se limita a desenvolver capacidades digitais pois também permite que as pessoas desenvolvam uma diversidade de competências empreendedoras essenciais para enfrentar os problemas suscitados pelas sociedades cada vez mais complexas em que vivemos.

Nestes termos, o objetivo do estudo é contribuir para avaliar o Programa Educativo Tecnológico *Apps for Good* na Escola de um Estabelecimento Prisional no contexto de um Curso de Educação de Adultos (EFA) do ensino secundário no âmbito da Informática.

A avaliação desenvolveu-se a partir da Teoria do Programa e seguindo cinco etapas que são descritas mais adiante: Recolha Inicial de Informações; Descrição Detalhada do Programa; Obter Reconhecimento; Envolvimento das Partes Interessadas; e Foco Avaliativo.

CAPÍTULO 2

Enquadramento do Estudo

2.1. Breve Enquadramento das Políticas Públicas de Educação em Portugal

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e na orientação da sociedade, constituindo-se como instrumentos centrais do Estado para responder às necessidades coletivas e promover o bem-estar. Dentro do contexto democrático, a Constituição desempenha o papel de base estrutural para as políticas públicas, delineando os poderes, os limites e deveres do Estado na conceção e implementação de medidas em prol do interesse público. A ligação entre a Constituição e as políticas públicas é complexa pois, enquanto as políticas públicas moldam a realidade social, a Constituição protege os princípios e valores que orientam a ação do Estado. A relação entre a Constituição e as políticas públicas é vital para a adaptação de um país às mudanças sociais e económicas (Rodrigues & Adão e Silva, 2016).

De entre os caminhos das mudanças sociais em Portugal, a instauração da democracia com a revolução do 25 de abril de 1974 foi um marco para a descentralização quer no sistema político quer no setor da educação (Baixinho, 2017; Lima, 2018). Com a integração do nosso país no espaço europeu emergiu a necessidade de adaptação às competências e capacidades exigidas pelas sociedades contemporâneas, cada vez mais baseadas no conhecimento e nas tecnologias da informação (Teodoro e Aníbal, 2007). Neste sentido, no início da década de 80, foram deferidos cerca de cinco projetos na tentativa de clarificar e organizar o Sistema Educativo Português, a fim de despromover as medidas "incoerentes e contraditórias" (Campos, 1987, p.6) existentes. Para tal, emerge em 1986, do trabalho da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) - Lei n.º 46/865, inspirada na Reforma de Veiga Simão[1], promulgada a 23 de setembro pelo Presidente da República Mário Soares. Assim, 12 anos após a revolução democrática de 1974, a LBSE materializou a necessidade de o país possuir uma agenda para a educação que, na verdade, pudesse projetar, modernizar e construir o sistema democrático de ensino.

> "(…) culminar político educativo do processo de normalização, com os olhos postos nas dinâmicas da integração europeia do país e da centralidade da educação e da formação profissional para o desenvolvimento económico, da modernização e racionalização do sistema escolar, do papel do planeamento e da avaliação, da emergência de lógicas vocacionalistas e qualificacionistas (…)" (Lima,2018, p.78).

Este período testemunhou uma mudança gradual nas abordagens adotadas pelos líderes políticos, que, a partir dos anos 80, passaram a adotar uma perspetiva mais híbrida. Nesta nova

[1] Ministro da Educação (de 1970 a 1974) e autor da reforma que consagrou o direito ao ensino para todos e alargou a escolaridade obrigatória e gratuita para os oito anos de idade.

abordagem, os discursos políticos passaram a incorporar elementos construtivistas numa perspetiva crítica, ao mesmo tempo que defendiam a eficácia do sistema educativo como um fator indispensável para impulsionar a produtividade económica (Teodoro e Aníbal, 2007).

Ao longo dos anos, a fase em que as políticas públicas de educação assentavam na centralização foi-se dissolvendo e deu início a processos mais ou menos assumidos, mais ou menos evidentes de descentralização da administração da educação, com a transferência de competências de gestão das escolas para os departamentos regionais de educação e para as escolas. A LBSE consagra este modelo, prevendo a descentralização e a participação das comunidades educativas na gestão das escolas. Mais tarde, em 2002, afirma-se a re-centração, marcada pelo regresso à centralização da administração da educação, com o Estado a reforçar o controlo sobre o sistema educativo (Formosinho e Machado, 2004). Com o Estado a desempenhar um papel cada vez mais ativo na formulação, implementação e supervisão das políticas de educação, é relevante sublinhar que as diretrizes políticas da União Europeia exercem influência sobre as políticas públicas em Portugal e, consequentemente, as políticas públicas de educação do país. A uniformização dos sistemas educacionais, estruturas curriculares e certificações alinhadas com os padrões europeus são exemplo disso. Neste sentido pode destacar-se especificamente o processo de Bolonha que contribuiu para a criação de um conjunto de orientações para o sistema europeu de ensino superior e desencadeou mudanças significativas nas universidades portuguesas.

Este contexto de mudança e evolução nas políticas de educação portuguesas ao longo das décadas reflete as profundas transformações sociais, políticas e económicas que Portugal experienciou nesse período. Estas transformações moldaram a trajetória das políticas educacionais, impulsionando uma constante busca pela modernização e eficácia, aproximando-se cada vez mais das regulamentações internacionais (Teodoro e Aníbal, 2007).

2.2. Políticas Públicas de Educação no Sistema Prisional em Portugal

Numa situação de reclusão, o indivíduo perde, apenas temporariamente, o direito à liberdade, mantendo todos os outros direitos. Considerando este pressuposto, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1957, definiu políticas de acesso à educação para indivíduos privados de liberdade, em conformidade com o sistema educativo de cada país. Materializado nas 'Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos', conhecidas como 'Regras de Nelson Mandela', tais regras permitem dar continuidade ao processo de educação e formação após a libertação (*United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), 2015, cf. Regra 104). No contexto português esta orientação foi plasmada na LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) e no Despacho n.º 451/99 de 17 de maio de 1999.

> "(...) estabelece, no seu artigo 2.º que «todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República», cabendo ao Estado garantir «o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares». A população prisional

portuguesa é constituída maioritariamente por jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação, originados pelo abandono precoce do sistema educativo e pelas dificuldades em aceder ao sistema de formação profissional. No respeito pelo princípio da solidariedade, impõe-se criar condições que permitam a esta população adquirir competências facilitadoras de uma reintegração bem-sucedida." (Despacho conjunto n.º 451/99, de 17 de maio de 1999).

Até ao ano de 1979, o ensino nos estabelecimentos prisionais foi tutelado pelo Ministério da Justiça (MJ) que exercia funções educativas através de um corpo de técnicos profissionais. Em 1979, com a intenção de fomentar uma intervenção ativa e ajustada para melhorar as qualificações escolares dos indivíduos privados de liberdade, o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério da Educação (ME) assumiram, colaborativamente, a responsabilidade pelo desenvolvimento do ensino em contextos prisionais. De acordo com a legislação conjunta, a organização e o exercício do ensino, os planos de estudo e o regime de avaliação equivalentes aos do ensino em meio livre pertenciam, através de professores, ao ME, enquanto a criação de condições para o seu funcionamento (i.e., salas de aula e a sua capacitação técnica), ao MJ (Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro). Deste modo, as diretrizes efetivaram-se em todos os estabelecimentos prisionais, assegurando o direito às atividades escolares e profissionais, contribuindo com medidas de apoio individual. Tendo em conta o seu contexto educativo, cada estabelecimento prisional deve identificar as necessidades educacionais dos indivíduos e elaborar um projeto educativo articulado com as escolas públicas associadas (Decreto-Lei n.º 51/2011, 2011).

Para desempenhar as suas funções o MJ conta com o apoio com Administração Direta e Indireta do Estado, Órgãos Consultivos e Outras Estruturas, como a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), uma entidade central da Administração Direta do Estado dotada de autonomia administrativa, com a missão de prevenir a criminalidade, a execução de penas e medidas de reinserção social. Caracterizada por uma abordagem humanista, a garantia das condições dignas para os indivíduos está assegurada também na área da educação, a DGRSP, mais concretamente a Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional (DCATP) em articulação com o ME desenvolve os projetos educativos dos estabelecimentos prisionais (DGRSP, 2023).

Neste âmbito, o ensino no meio prisional é atualmente considerado como parte de uma abordagem que visa a reintegração na sociedade e a prevenção da reincidência, ao mesmo tempo que se alinha com as políticas nacionais de educação.

2.3. Educação de Adultos

Com a instauração da democracia emergiram direitos e oportunidades de valorização da educação, incluindo para a população adulta, e, mais uma vez, a LBSE consagra a questão da educação de adultos. A nova Lei-Quadro para a Educação de Adultos, em Portugal, estabelecida em 1991, definiu o ensino recorrente e a educação extra-escolar. Caracterizando-os, respetivamente, como o

ensino que permite obter "(…) certificados e diplomas conferidos pelo ensino regular distinguindo-se deste pela flexibilidade e diversidade das formas de organização e concretização e pela descontinuidade no tempo e alternância nos espaços." (Decreto-Lei n.º 74/91) e como a educação com base em atividades e iniciativas educativas que não conferem grau escolar por serem realizadas fora do chamado ensino regular abrangendo processos formais e não formais (Decreto-Lei n.º 74/91).

Neste sentido, em 2000 surgem os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) como forma de disponibilizar educação aos cidadãos, com mais de 18 anos, em situação de desemprego, sem qualificações adequadas, para integrarem ou progredirem no mercado de trabalho e ainda os que não concluíram o Ensino Básico ou Secundário. Desta forma, os cursos EFA vieram possibilitar a realização de percursos educativos e formativos mais flexíveis e mais ajustados à população adulta. Atualmente, os cursos têm uma duração variável consoante o nível de certificação pretendido e estão organizados em diferentes tipos de percursos formativos, que podem incluir o ensino básico, secundário, dupla certificação ou foco exclusivo no desenvolvimento de competências profissionais. Ao concluir com sucesso um curso EFA, os participantes podem obter uma certificação escolar de nível básico (4.º, 6.º ou 9.º ano), de nível secundário (12.º ano), uma certificação profissional ou ambas, no caso de dupla certificação. Isso também confere um nível de qualificação no Quadro Nacional de Qualificações, variando entre níveis 1, 2, 3 ou 4 (ANQEP, s.d.).

Em Portugal existem duas entidades com responsabilidades na Educação de Adultos, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.). A ANQEP, I.P. é um organismo público, sob a tutela conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que possui autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A sua missão é contribuir para melhorar as qualificações académicas e profissionais de nível não superior de jovens e adultos. A outra entidade, o IEFP, I.P., atua ao nível do serviço público do emprego nacional, com o objetivo de promover a criação de emprego de qualidade e combater o desemprego através da implementação de políticas ativas de emprego, incluindo a formação profissional. Entre as suas responsabilidades, destaca-se a promoção da qualificação escolar e profissional de jovens e adultos, oferecendo formação com dupla certificação e formação profissional certificada, adaptadas às trajetórias individuais e alinhadas com a modernização da economia, com o intuito de facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Para além destas entidades centrais, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) assume a gestão das escolas, incluindo aquelas que oferecem cursos de educação de adultos e implementam medidas administrativas a nível regional. No que diz respeito ao nível regional e local, as autoridades regionais são responsáveis por aplicar políticas de educação e formação,

supervisionar as estruturas regionais e locais, como os Centros Qualifica[2], que estão sob a tutela da ANQEP, as escolas de ensino básico e secundário, que são geridas pela DGEstE, e os centros de formação profissional, que estão sob a responsabilidade do IEFP (Comissão Europeia, 2023).

Em 2022, de acordo com o Eurostat, Portugal, encontrava-se entre os países europeus com menos adultos entre os 35 e os 64 anos que concluíram o ensino secundário, apresentando, igualmente, fortes disparidades intergeracionais em termos de qualificações. A aprendizagem ao longo da vida e a participação em programas de formação desempenham um papel essencial perante as transformações no mercado de trabalho e os avanços tecnológicos, como a digitalização e a automatização de processos, que têm vindo a dinamizar novas competências. Em 2022, cerca de 13,8% dos adultos portugueses com idades entre os 25 e os 64 anos indicaram ter participado em programas de educação ou formação, melhorando em comparação com 2020 e atingindo o valor mais elevado da última década. Importa salientar que a taxa de participação na aprendizagem ao longo da vida é mais elevada entre os adultos com ensino superior, atingindo 25,1% em Portugal, o que demonstra a importância deste grupo na busca contínua de qualificações. Por outro lado, entre os adultos com o ensino básico, a participação em programas de educação e formação foi mais baixa, atingindo 4,1%, ligeiramente abaixo da média europeia de 4,3%. (Fundação José Neves, 2023).

Neste sentido, atualmente, Portugal, continua a ter em agenda uma forte aposta na progressão da educação em consequência dos baixos níveis de qualificações que detém em comparação com os países mais desenvolvidos da União Europeia (EU). Com o objetivo de conferir a todos os jovens e adultos a frequência de uma educação secundária como nível mínimo de qualificação, o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) trabalha para esta premissa em conformidade com os Programas Operacionais (PO)[3] na implementação no ciclo de programação de 2021-2027 (Comissão Europeia, 2023).

2.4. Programas Educativos e Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais

A reinserção social é uma ação fundamental tida em consideração no processo das políticas de prevenção criminal e inclusão social (Decreto-lei nº 215/2012). Para que o indivíduo seja reintegrado na sociedade é importante avaliar e compreender as suas reais necessidades, de forma a delinear objetivos de intervenção nas várias áreas da sua vida. De acordo com o 'Manual de Boas Práticas em Reinserção' esta abordagem integrada, está distribuída pelas seguintes 5 dimensões: i) Família e Relações; ii) Educação; iii) Trabalho e Formação Profissional; iv) Lazer e Tempo Livre; v) Participação, Cidadania e Autonomia (Carvalho, 2007).

[2] Centros especializados em qualificação de adultos que promovem a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria das qualificações escolares e profissionais, valorizando os percursos individuais das pessoas.

[3] No contexto União Europeia, um programa operacional é um plano de pormenor em que os estados-membros da União Europeia definem como são investidas as verbas dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus durante determinado período de tempo.

Assim, a educação, tem como objetivos principais permitir o acesso ao nível académico adequado e ao processo de integração social dos indivíduos privados de liberdade de modo a "Melhorar o nível de conhecimentos e estudos; Potenciar a formação e a capacidade de trabalho; Desenvolver a capacidade de compreender e analisar a realidade; Adquirir um nível de educação e cultura necessário para compreender e participar enquanto cidadão de plenos direitos." (Carvalho, 2007, p.23). No que diz respeito ao trabalho e formação profissional destaca-se a ambição em preparar os indivíduos privados de liberdade para a integração no mercado de trabalho, deste modo os objetivos específicos estão focados em:

> "Estimular uma atitude positiva face ao trabalho; Desenvolver a capacidade de desempenhar um trabalho remunerado, mantê-lo e crescer profissionalmente; Aquisição de normas e hábitos de comportamento; Estimular competências pessoais e sociais; Adquirir conhecimentos, técnicas e habilidades; Capacitar para a gestão do dinheiro; Participar em actividades que proporcionem a percepção de utilidade, competência, integração e satisfação pessoal." (Carvalho, 2007, p.23).

Neste sentido, à luz das práticas educativas concretizadas no exterior das escolas públicas e privadas nacionais, as escolas dos EPs também usufruem das ofertas extra-curriculares disponíveis. Atualmente, com o apoio de diversas instituições e em articulação com a DGRSP existem iniciativas nas mais diversas áreas de forma a desenvolver tanto as competências técnicas como sociais, exemplo disso destaca-se projetos como o 'Yoga nas prisões'; 'Liberdade dos Talentos'; 'Opera na Prisão' 'Pelos 2'[4] ou o 'Programa *Apps for Good*', que será alvo de avaliação na presente dissertação. Este programa permite aos alunos construírem aplicações para resolverem problemas da sociedade. O foco da avaliação torna-se essencial quando abordados projetos que não são obrigatórios para a obtenção de certificação de um nível de ensino, mas que impactam e contribuem de forma positiva para construção individual, social e profissional de cada individuo em contexto prisional.

2.5. Acesso e Utilização das Tecnologias no Contexto do Sistema Prisional

Apesar de a educação ser um direito de todos os cidadãos e a literacia digital um requisito fundamental para a integração nas sociedades contemporâneas, no contexto prisional, dadas as restrições legais que lhe são inerentes, há dificuldades para, por exemplo, introduzir e utilizar ferramentas digitais e aceder à internet.

Perante a constante evolução do conhecimento e da digitalização, é importante que os indivíduos privados de liberdade desenvolvam conhecimentos e competências que lhes permitam interagir e comunicar eficazmente, não só em contexto laboral, mas também em contextos pessoais,

4 Os reclusos selecionados são, assim, desafiados, a cuidar, educar e treinar cães "sem família", provenientes dos Centros de Recolha Oficiais (antigamente denominados de Canis Municipais), tornando-os mais "adaptados" à vida em comunidade. Com isto, promove a (re) inserção do cão, via adoção, numa fase posterior à Intervenção; e a (re) inserção do recluso, pois aumenta as competências sociais que facilitarão a sua integração na comunidade, melhora ainda a sua capacidade de comunicação e reduz a perceção de sentimentos negativos como isolamento e solidão.

como a interação social com familiares e aquisição de bens e serviços (UNESCO,2021). Em Portugal, a Lei nº 122/2019, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico da execução das penas e medidas privativas da liberdade prevê, no artigo 105.º, que os estabelecimentos prisionais devem promover a educação e a formação profissional dos reclusos, incluindo a formação em tecnologias de informação e comunicação (TIC). As medidas de literacia digital são fundamentais não só para futuro profissional e pessoal dos indivíduos privados de liberdade, mas também a nível emocional. Sendo os indivíduos privados de liberdade "*one of the most impoverished groups in the digital age*" (Reisdorf e Jewkes, 2016, p. 771 citado em UNESCO, 2021), a limitação na disponibilidade de ferramentas tecnológicas gera um sentimento de exclusão e isolamento social pela desigualdade de acesso em comparação com o contexto escolar exterior. Neste sentido e em concordância com este quadro legal, a DGRSP (2023) tem desenvolvido um conjunto de iniciativas para promover a educação nas prisões portuguesas com recursos a ferramentais tecnológicas e com acesso à internet. Estas iniciativas incluem: a) a criação de centros de formação em TIC, equipados com computadores e acesso à internet, em todos os estabelecimentos prisionais; b) a oferta de cursos de formação em TIC, dirigidos a reclusos de todos os níveis de literacia digital; e c) a parceria com entidades externas, como escolas, universidades e empresas, para a realização de atividades de formação em TIC.

Verifica-se que o enquadramento legal da educação a nível da literacia digital é um passo importante para a promoção da reinserção social e profissional dos alunos do contexto prisional. As políticas desenvolvidas pela DGRSP parecem representar um esforço para responderem aos atuais desafios, mas ainda há um caminho a percorrer uma vez que é necessário garantir que todos os EPs disponibilizem os meios para que os alunos tenham acesso a estas oportunidades de formação, independentemente do seu nível de literacia digital.

CAPÍTULO 3

O Programa *Apps for Good*

3.1. A Organização não-governamental *Center of Digital Inclusion* (CDI Portugal)

Rodrigo Baggio, reconhecido como um importante inovador social quer no contexto da América Latina, quer no contexto internacional foi o convidado de destaque na Conferência de Inovação Social na Fundação Oriente realizada no ano de 2012. Rodrigo Baggio, diretor-executivo da Organização Não-Governamental (ONG) Brasileira CDI[5] (*Center of Digital Inclusion*), expõe na sua intervenção, durante a conferência, a atuação da ONG junto dos cidadãos socialmente excluídos com o objetivo de combater a iliteracia digital e permitir que haja apropriação da tecnologia como ferramenta de mudança nas suas comunidades (CDI Portugal, 2022; CDI Portugal, 2022; Costa et al., 2020).

Com a ambição de disseminar o conceito em território português, em maio de 2013, inicia-se a atividade da ONG *Center of Digital Inclusion* Portugal na conquista do mesmo objetivo, o de despertar uma nova consciência nos cidadãos e nas organizações para se apropriarem das novas tecnologias e criarem soluções com impacto positivo na sociedade, promovendo a inclusão social, a literacia digital e a cidadania, tendo por base a metodologia de Paulo Freire[6] (CDI Portugal, 2022a; CDI Portugal, 2022; Costa et al., 2020).

Tendo como propósito a implementação de projetos de referência que transformem o futuro e que assentem em valores de solidariedade; transparência; equidade; inovação e excelência surge o Centro de Cidadania Digital em Valongo (CCDV) como um espaço colaborativo emergente do conceito de *smartcities = smart and human cities*, que disponibiliza ferramentas digitais, atividades, *workshops* e projetos que capacitam os cidadãos para que tirem o máximo partido das oportunidades que as ferramentas digitais podem proporcionar. E, consequentemente, contribuam para a construção de democracias mais participativas e de cidades mais inteligentes e humanas através da criação de soluções inovadoras que melhorem a vida das comunidades locais e do mundo (CDI Portugal, 2022).

O *Switch to Innovation*, um ecossistema digital em Valongo, assegura a gestão integrada dos projetos do CCDV, dos Laboratórios de Aprendizagem (i.e. salas do futuro), da Casa do Conhecimento de Valongo, das Escolas do Município de Valongo, dos Parceiros da rede social e

[5] Atualmente denominado de RECODE no Brasil

[6] Metodologia de Paulo Freire na qual os indivíduos se apropriam da tecnologia e usam-na para resolver problemas da comunidade em que vivem, envolvendo-se num projeto que também é seu. O resultado final pode conduzir à criação de ações sociais de forma a promover a resolução dos problemas detetados e sustentabilidade do projeto.

das empresas, permitindo a coerência e a complementaridade de todos os projetos com maior potencial de inovação e criatividade para que a tecnologia chegue a todos (CDI Portugal, 2022).

O *Apps for Good* (AfG), é um programa educativo tecnológico que procura desafiar alunos e professores, dos ensinos básico e secundário - de escolas públicas e privadas - a desenvolverem, em equipa, ideias materializadas através de produtos tecnológicos reais (*apps*) que minimizem e/ou resolvam problemas sociais (*for good*) ligados à sustentabilidade do planeta. Deste modo, pode evidenciar-se o potencial das tecnologias na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem os seus autores e atores (CDI Portugal, 2022).

A ONG encontra-se estruturada, até à data, através dos seus órgãos sociais diretivos, por um conselho consultivo e por uma equipa operacional com 11 elementos.

A equipa operacional do CDI Portugal, a nível interno, está organizada nas 6 áreas seguintes: i) Financeira; ii) B*usiness Development*; iii) Pograma *Apps for Good*; iv) Programa *Switch to Innovation*; v) Comunicação; vii) Avaliação de impacto. Estrategicamente, com regularidade semanal, as várias áreas reúnem-se para um ponto de situação das suas atividades para que cada área partilhe e articule procedimentos em curso. Este tipo de organização pretende estimular as relações interpessoais e orientar as suas atividades e o seu trabalho para a criação de soluções para os problemas. Como reflexo da sua atividade o CDI Portugal centra-se numa cultura organizacional focada nas tarefas dos elementos da equipa, na qual os seus talentos e recursos são alocados a cada projeto, problema ou tarefa. Neste sentido, denota-se uma grande flexibilidade na adaptação às mudanças, sendo possível reestruturar as equipas em função da evolução das tarefas e do projeto. Evidencia-se uma partilha de competências e de responsabilidades na ONG, que, de acordo com o autor especialista em comportamento e gestão organizacional, Charles Handy (1996), são associadas a uma cultura de ideias inovadoras, jovem, com energia e criatividade representando a tipologia de rede na qual se destacam as ligações entre os elementos da equipa (Teixeira, 2005, p.172-180).

3.2. Descrição do Programa *Apps for Good* Portugal

O *Apps For G*ood é um programa educativo tecnológico internacional, sediado em Londres, desde 2010, gerido pela *Chief Executive Officer* (CEO) Iris Lapinski com a premissa de criar a nova geração de *problem solvers* e *digital makers*.

No ano de 2014 a Direção-Geral da Educação, impulsiona a integração do programa em Portugal direcionando o convite de gestão e implementação à equipa da Organização Não-Governamental (ONG) *Center of Digital Inclusion* (CDI Portugal). Com a ambição da sua efetivação, são iniciadas as negociações com a equipa do Reino Unido de modo a realizar o programa com a mesma qualidade e relevância primando pela adaptação dos conteúdos ao contexto da educação portuguesa. Nesta aceção, em janeiro de 2015, é iniciada a primeira edição do Programa *Apps for Good Portugal* com um trabalho-piloto envolvendo 16 escolas nacionais.

À data, o programa encontra-se na 9ª edição sendo implementado e sustentado através de protocolos públicos e privados com Empresas, Associações de Professores, Autarquias criando as sinergias necessárias para proporcionar que alunos e professores, do ensino básico ao ensino secundário de escolas públicas e privadas, desenvolvam, em equipa, aplicações para *samartphone* ou *tablet*. A finalidade reside em experienciarem o ciclo do desenvolvimento de um produto que minimize um problema social ligado à sustentabilidade do planeta, mostrando-lhes o potencial da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem, colocando em evidência a motivação para a colaboração e resolução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Comissão das Nações Unidas até ao ano de 2030 (CDI Portugal, 2022).

O programa segue uma metodologia de projeto, flexível e transversal que se adapta a várias áreas disciplinares, apresenta vários modelos de implementação - curricular, extra-curricular e misto - e prima por transformar o modelo de ensino com base em 4 pilares:

1. Aliar tecnologia e cidadania ativa - colocando a Escola em destaque como o veículo condutor na potencialização da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem.
2. Capacitar os jovens para o futuro - *Student-Drive for Good* – dedicando o foco no desenvolvimento das suas capacidades indispensáveis para o futuro.
3. Transformar e inovar as práticas pedagógicas de ensino através da capacitação e colaboração dos professores.
4. Criar escolas abertas à comunidade estabelecendo um contacto direto com especialistas, empresas e com as práticas e realidades do mercado que trabalho.

A harmonização dos pilares *Apps for Good* objetiva capacitar os alunos e os professores com competências empreendedoras capazes de enfrentar os desafios do século XXI e de trabalhar na mudança do paradigma pedagógico. Deste modo, o *Apps for Good* ilustra a sua abordagem à subida de uma montanha em que analogicamente a montanha representa os desafios do século XXI. Ao longo da subida os alunos, em equipa, dotados com a metodologia ativa do *Apps for Good* desenvolvem e adquirem as competências necessárias para, passo a passo, chegarem ao topo com os seus projetos concretizados. Ao longo da subida os professores assumem o papel de facilitadores orientando os alunos com as ferramentas necessárias. Neste caminho há um outro elemento com um papel ativo no desenvolvimento dos projetos, assim como no desenvolvimento do modelo educativo atual e na futura integração dos alunos no mercado de trabalho, os chamados *experts*. Os *experts* são profissionais tanto de áreas mais técnicas como de áreas mais criativas, desde a criação de ideias e *design*, tecnologia, comunicação e modelo de negócio que partilham em sessões de 'mentoria' *online* o seu conhecimento e ajudam os alunos de forma informal a desbloquear algumas questões ou desassossegos permitindo a validação, sustentação técnica e evolução dos projetos.

Para subir a montanha e concretizarem as suas soluções tecnológicas os alunos e professores aplicam a metodologia de projeto, com 5 passos, que os levará a percorrerem um ciclo completo de desenvolvimento de um produto:

1. Abordagem inicial aos conceitos e criação das equipas de trabalho.
2. *Brainstorming* de ideias e seleção da melhor ideia.
3. Estudo de mercado e aplicabilidade da ideia.
4. Desenvolvimento do produto, através do uso de tecnologia de prototipagem ou programação.
5. *Pitch*[7] da ideia.

Através do primeiro módulo os alunos devem ser capazes de identificar e adquirir conhecimentos das noções básicas das ferramentas disponíveis nos dispositivos móveis. E incutir funções-chave necessárias para a criação de uma equipa de sucesso, assim como identificar que tipo de função de cada um desempenha. O segundo módulo tem como objetivo proporcionar a aprendizagem de técnicas que podem ser usadas para impulsionar e criar novas ideias. O ponto de partida é que tenham a capacidade crítica de identificar problemas do dia-a-dia que possam ser resolvidos com uma aplicação móvel. O terceiro módulo destina-se a que os alunos adquiriram uma melhor compreensão acerca do mercado atual para sua aplicação, das necessidades técnicas e de dados. Conseguir utilizar as ferramentas de *wireframing* e *design* para criar um protótipo da aplicação e ainda compreender a variedade de diferentes modelos de negócio disponíveis para a aplicação. Através do quarto módulo os alunos devem saber utilizar pseudocódigo e fluxogramas para o planeamento da aplicação para construir um protótipo técnico com uso a ferramentas tecnológicas. No quinto módulo, pretende-se que os alunos consigam apresentar as suas ideias de forma eficaz transmitindo os conceitos-chave da sua aplicação numa pequena apresentação, o denominado *pitch*.

Para a implementação da metodologia e numa ótica de desenvolver um espaço de trabalho colaborativo, acessível e aplicado a toda a comunidade *Apps for Good* (professores, alunos e *experts*) foi desenvolvida através da tecnologia *Outsystems* uma plataforma para operacionalização do *Apps for Good* em Portugal. Na plataforma, os professores gerem o trabalho com os seus alunos tendo a possibilidade de convidá-los, criar turmas, constituir equipas e organizar os conteúdos que irão aplicar, assim como, realizar os pedidos de *experts* e agendar os mesmos. Os conteúdos pedagógicos para aplicar a metodologia *Apps for Good* encontram-se na plataforma permitindo que os professores e os alunos acedam a sete cursos (em português e inglês) com níveis técnicos diferenciados que permitem aos alunos, com conhecimentos básicos ou intermédios, desenvolverem um conhecimento técnico de nível avançado e ao professor escolher e adaptar consoante as necessidades de modelos de implementação.

[7] Uma exposição oral curta e direta de uma ideia com o objetivo de cativar potenciais apoios e/ou obter sinergia.

A metodologia dos cinco passos está presente em todos os sete cursos, a saber:

1. *App Development* [10-12 horas] - Os alunos exploram o processo de desenvolvimento de uma aplicação, passando por todos os processos até chegarem ao produto final, uma prototipagem funcional da sua solução tecnológica.
2. *App Development Extended* [20-30 horas] - Os alunos exploram o processo de desenvolvimento de uma aplicação de forma mais aprofundada até chegarem ao produto final, uma versão com programação por blocos ou programação mais avançada.
3. *App in a Day* [5 horas] - Os alunos realizam um protótipo não tecnológico da sua ideia de aplicação.
4. *Internet of Things (IoT)* [10-12 horas] - Os alunos constroem a partir da sua ideia protótipos funcionais, com recurso a dispositivos ligados à internet, para resolver problemas reais.
5. *Machine Learning (ML)* [10-12 horas] - Os alunos vão aprender sobre *Machine Learning*, incluindo questões de ética e os seus benefícios, e devem desenvolver um algoritmo de ML capaz de resolver um problema social.
6. *Innovation for Climate Action* [12 horas] – Os alunos vão desenvolver um protótipo tecnológico de uma aplicação que visa ajudar a diminuir os avanços das alterações climáticas, para tal os alunos terão de explorar as suas causas e efeitos.
7. Educação Inclusiva [6 horas] é o mais recente curso-piloto e tem como objetivo adaptar os conteúdos de forma a permitir aos alunos em qualquer patamar de aprendizagem passarem pelas fases de desenvolvimento de uma ideia de aplicação e desenvolverem um protótipo tecnológico.

No que concerne ao modelo operacional, a equipa estruturadora do programa criou um modelo composto por várias atividades orientadoras do programa que decorrem ao longo do ano letivo e que se refletem em 10 momentos:

julho – setembro | Arranque

A abertura das inscrições para as escolas aderirem ao programa vão de julho a setembro através uma carta convite da Direção-Geral da Educação (DGE), bem como um *email* convite do CDI Portugal a todas as escolas a nível nacional. Paralelamente ao início do ano letivo o *Apps for Good* arranca cada edição anualmente em setembro.

outubro | Sessão de Boas Vindas

No mês de outubro, de forma assinalar o arranque do *Apps for Good* é realizada uma sessão de boas-vindas, em formato *online*, a todos os professores envolvendo parceiros e convidados que partilham os seus testemunhos. São também apresentadas as linhas orientadoras do programa, próximos passos e as novidades da presente edição, garantindo aos professores participantes as ferramentas necessárias para iniciarem a sua "viagem" com os seus alunos.

outubro – dezembro | Visitas Inicial às Escolas

De outubro a dezembro a equipa do *Apps for Good* visita presencialmente todas as escolas que estão a participar pela primeira vez no programa. Este momento tem como objetivo contactar com os alunos e com os professores para apresentar o programa, acompanhar, motivar e esclarecer questões.

outubro – novembro | Formação aos Professores [presencial]

A Formação Creditada aos Professores sobre a metodologia *Apps for Good*, com uma sessão presencial (6 horas) garante que os professores tenham conhecimento, confiança e competências necessárias à implementação do programa junto dos alunos.

janeiro – fevereiro | *Follow-up* telefónico às escolas

De forma a acompanhar e apoiar todas as escolas que estão a participar no programa, a equipa do *Apps for Good* estabelece junto do professor coordenador do programa de cada escola, o chamado *Lead Educator*, uma chamada telefónica com o objetivo de fazer o levantamento de principais dificuldades, esclarecer algumas questões assim como a sua resolução.

fevereiro | Formação aos Professores [*online*]

A par com a formação presencial creditada são realizadas 2 sessões de acompanhamento *online* (2 horas) direcionadas a explorar com especialistas de várias áreas os 5 módulos da metodologia *Apps for Good.*

abril – junho | Visita Final às Escolas

Aproximando-se o final do ano letivo os alunos e professores encontram-se na reta final do desenvolvimento da solução tecnológica. Nesta aceção e sendo a próxima etapa os Encontros Regionais a equipa do *Apps for Good* regressa às escolas que estão a participar pela primeira para a ronda final de visitas na qual conhece todo o trabalho desenvolvido e aborda os Encontros Regionais.

junho – julho | Encontros Regionais

A competição do *Apps for Good* é o momento de conhecer todas as soluções tecnológicas desenvolvidas, permitindo às equipas de alunos transportar as suas ideias para um contexto de exposição real estimulando a criatividade e o sentido de mercado uma vez que estão perante outros projetos. A competição inicia-se numa fase regional com 4 Encontros Regionais - Norte, Centro-Sul, Açores, Madeira - nas quais as equipas de alunos através da apresentação de um *pitch* de 3 minutos expõem a ideia que desenvolveram perante uma equipa de júris[8] que em 3 minutos também têm a oportunidade de colocar questões aos alunos ou comentar a exposição. Após a exposição oral, segue-se o momento visual no qual os alunos expõem as suas soluções tecnológicas num *marketplace* permitindo ao público e júris de uma forma informal interagirem com as equipas. Nesta fase, em todos os encontros regionais, existe uma equipa premiada pela votação do público.

[8] Constituído por colaboradores voluntários das entidades parceiras.

Dos 4 encontros regionais, 22 equipas são selecionadas para avançar para a 2º e última fase da competição, o Evento Final.

setembro | *Pitch Accelerator*

Depois dos Encontros Regionais e de forma a acompanhar as equipas finalistas para a próxima fase da competição surge o *Pitch Accelerator*. Traduzindo-se numa oportunidade que cada equipa tem em um dia visitar as instalações de uma das entidades parceiras do programa, conhecer os colaboradores e após fazerem o seu *pitch* receberem *feedback* construtivo, personalizado e informal destes mesmos colaboradores para eventuais melhorias do projeto.

setembro | Evento final

O Evento Final, realizado anualmente no mês de setembro, é o culminar da competição do *Apps for Good*. No qual 22 equipas finalistas fazem o *pitch* e expõem num *Marketplace* as suas soluções digitais, que refletem um produto que ao longo das fases da competição pode ter evoluído e/ou ter sido melhorado. Nesta fase são premiados o 1º, 2º, 3º lugar do ensino básico 1º, 2º, 3º, lugar do ensino secundário, assim como atribuídas a categorias específicas criadas em cada edição.

Ao longo da edição | Atividades*, webinares, workshhops*

Ao longo da edição são desenvolvidas atividades complementares para os alunos e professores como forma de explorar a criatividade, colocá-los em contacto com as empesas e fora do contexto escolar.

3.3. Descrição do Programa *Apps for Good* Portugal nas Escolas dos Estabelecimentos Prisionais

O Programa *Apps for Good* está a atuar no contexto educacional desde 2014 em estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário com a missão de criar uma nova geração de *problem solvers* e *digital makers*. No ano letivo de 2020-2021, correspondente à sua 7ª edição, o programa alargou o seu âmbito para o contexto Educativo dos EPs.

O trabalho piloto surgiu através de uma Professora integrante do programa que exercia funções na Escola do Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa e que propôs à equipa do *Apps for Good* a sua implementação neste contexto por acreditar que este seria um meio para a motivação e envolvimento dos indivíduos privados de liberdade no meio escolar (CDI Portugal 2022c).

Com a ambição de percorrer todos os caminhos da inclusão educacional o *Apps for Good* aceitou o desafio, propondo-se a uma monitorização e avaliação estrita da viabilidade e impacto da metodologia de projeto *Apps for Good* no contexto em causa. Os resultados mostraram que o envolvimento no programa "(…) funcionou como um fator motivador e de maior envolvimento dos alunos com o espaço-escola, pois permitiu-lhes explorar muitas das competências que consideravam adormecidas e promover outras digitais e sociais, promovendo simultaneamente oportunidades de crescimento pessoal e profissional." (CDI, 2022b) refletindo-se num grau de satisfação de 9,8 numa escala de 0 a 10.

A implementação do programa emergiu da sinergia existente entre a Direção do Estabelecimento Prisional e do Agrupamento de Escolas. Após a intenção de participar no programa o mesmo decorreu de acordo com o que estava planeado sem perder a sua génese, contudo sendo acompanhado pelas diligências e burocracias necessidades (controlo de segurança, horários, restrições) do contexto prisional.

A articulação da implementação encontra-se estritamente ligada à parceria institucional e procedimental com a DGRSP e com a DGEstE. Assim como o investimento monetário e apoio do Banco Português de Investimento (BPI) e da Fundação 'La Caixa' através do programa BPI Solidário[9].

O *Apps for Good* Prisões finalizou duas edições, anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022, com a sua presença nas escolas dos Estabelecimentos Prisionais de Portugal Continental. Se na 7ª Edição esteve envolvido um Estabelecimento Prisional, na 8ª edição envolveram-se quatro Estabelecimentos Prisionais – Guimarães, Aveiro, Castelo Branco e Leiria Jovens – com perspetivas de crescimento nas próximas edições (CDI Portugal 2022d).

Para avaliar o programa *Apps for Good* optou-se pelo Estabelecimento Prisional de Aveiro.

3.4. O Estabelecimento Prisional de Aveiro e o Espaço Escolar

A Direção Geral e Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) tem como "missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social" (Decreto-lei nº 215/2012).

O Estabelecimento Prisional de Aveiro (EPA) é um dos 49 estabelecimentos prisionais que integram a DGRSP, edificado com uma remodelação e ampliação no ano de 1999, atualmente é composto por uma ala prisional principal na qual se encontra as celas e camaratas, setores separados com três salas de aula, três zonas de recreio, lavandaria, cozinha com refeitório, ginásio e uma sala multiusos recentemente remodelada, onde está localizada a biblioteca dos reclusos (DGRSP, 2023b). O EPA detém com um grau de complexidade de gestão médio tendo atualmente ao seu encargo uma lotação de 82 lugares para indivíduos exclusivamente do sexo masculino. Com uma classificação de nível de segurança alta abrangendo indivíduos em situação de prisão preventiva que aguardam julgamento, à ordem de Tribunais da Comarca de Aveiro e da Comarca de Coimbra (DGRSP, 2023). Tendo em vista proporcionar uma reinserção social efetiva e prevenir a reincidência criminal são estabelecidas parcerias com entidades externas que contribuam para o desenvolvimento de competências que respeitem os direitos humanos dos indivíduos privados de liberdade. Uma dessas parcerias permite a existência do espaço escolar do EPA, materializando-se

[9] Prémio solidário para apoiar projetos inovadores que visem facilitar o processo de desenvolvimento e inclusão social.

através da Escola Secundária Homem Cristo do Agrupamento de Escolas de Aveiro (AEA), cumprindo o que está estabelecido no Regulamento do AEA Interno Artigo 1º - alínea 4 na qual indica que "(…) O AEA, por força dos protocolos celebrados, assegura a lecionação de todos os cursos de educação e formação e educação de adultos do Estabelecimento Prisional de Aveiro" (Regulamento Interno, 2018, p.7). A equipa pedagógica da Escola Associada, AEA, é responsável pela dinamização das atividades de educação e formação do EPA, integrando-as nas atividades do seu projeto educativo.

Neste sentido e de acordo com o artigo 94º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais e do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e os incentivos ao ensino, o EPA dispõe de setores com equipamentos próprios – uma sala destinada à prática de cerâmica, uma sala de multiusos e informática e a Biblioteca. O espaço escolar encontra-se apto para a formação escolar e profissional de indivíduos privados de liberdade que frequentam os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), dos níveis B1, B2, B3 e Secundário (Decreto-Lei n.º 51/2011). Os cursos EFA adotam uma estrutura curricular que incorpora a formação base (áreas de acordo com os referenciais de competência-chave de educação e a formação de adultos); competências tecnológicas e aptidões de contexto laboral delineadas com base num diagnóstico inicial realizado pela entidade formadora do curso ou pela validação das competências que o aluno já adquiriu. Este modelo possibilita a certificação e a continuidade da aprendizagem ao longo da vida, fornecendo instrumentos fundamentais ao desenvolvimento e integração do aluno (ANQEP, s.d.).

3.5. O Programa *Apps for Good* no Estabelecimento Prisional de Aveiro

O Programa *Apps for Good* iniciou-se no ano letivo de 2021/2022 no Estabelecimento Prisional de Aveiro a convite da direção às três professoras contratadas do AEA que se encontram a exercer funções também no EPA. Duas são professores de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e uma é professora de Cidadania e Empregabilidade que se aqui se designam, respetivamente, por P02, P03, P01. Com uma equipa de seis alunos formada, inicia-se o primeiro passo da metodologia com a criação e seleção da melhor ideia de *App* para a resolução de um problema social. Entre instabilidades letivas com aulas a transitarem do presencial para a distância, devido às medidas profiláticas da pandemia COVID-19, com o envio e a receção de propostas de trabalhos para o desenvolvimento da aplicação. Depois para a modalidade presencial através de um acrílico com os alunos de um lado e as professoras do outro. Neste contexto recorreu-se a um papel de cenário, que substituía um quadro que não existia no parlatório[10] no qual eram dadas as aulas e onde iam sendo escritas as ideias, as estratégias e os primeiros esboços da *app*. A 15 fevereiro de 2022 os alunos receberam a primeira visita da equipa do *Apps for Good*, com o propósito de dar o apoio

[10] Espaço de prisão em que o indivíduo aí recolhido ou mantido pode falar, através de divisória, com quem o visita.

técnico e dinamizar um momento de motivação e troca de ideias como forma de contribuir no desenvolvimento da solução teológica dos alunos e professores.

Ao longo do ano letivo, o trabalho manteve-se constante no aperfeiçoamento da ideia da *app*, apenas com algumas alterações na equipa uma vez que muitos dos alunos saíram e outros entravaram quer da equipa como da escola, por consequência de questões jurídicas. Apesar das circunstâncias, a equipa de alunos adaptou-se e manteve-se motivada refletindo-se na criação da solução EP+ uma aplicação que permite automatizar os processos de marcação de visitas, atendimento para serviços de educação e enfermagem, videochamadas, e depósitos monetários dentro dos estabelecimentos prisionais. Ao longo do desenvolvimento do projeto a equipa recorreu duas vezes à rede de *experts*[11] de forma a obter ajuda no desbloqueio de alguns obstáculos. A 29 de abril de 2022, a equipa do *Apps for Good* realiza a segunda e última visita ao EP de Aveiro de forma a acompanhar o trabalho desenvolvido e a apresentar as próximas etapas, partilhando o que é e como será a competição do programa.

No final, tinham experienciado e trabalhado no programa do início ao fim dois alunos sendo estes os representantes da equipa na competição do *Apps for Good* expondo a sua solução tecnológica num *pitch* de 3 minutos seguido de questões dos júris[12] também de 3 minutos. Na primeira fase da competição, o Encontro Regional Norte realizado em Valongo, a 1 julho 2022, contou com a participação *online* da equipa de alunos a partir do EPA com a presença de uma das professoras de TIC (P03) e um elemento da direção (D01) enquanto um as duas outras professoras (P01 e P02) representavam presencialmente a solução tecnológica tanto no *Marketplace* como na chamada das finalistas cujo a equipa teve a oportunidade de ser uma das 11 equipas selecionadas para a segunda e última fase da competição.

A um passo do Evento Final, a última fase da competição, a equipa teve a oportunidade de conhecer 4 dos colaboradores da *SYNOPSYS*, uma das entidades parceiras, e após fazerem o seu *pitch* receberam *feedback* construtivo e personalizado para eventuais melhorias da *app* EP+. No dia 20 setembro 2022, finda-se a 8.ª edição do *Apps for Good* com 22 equipas de alunos, tanto das escolas públicas, privadas e associadas aos EPs, no evento final que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Uma vez mais a equipa de alunos, representada pelos 2 alunos, manteve-se com uma ligação *online* ao evento através do EPA com uma das professoras de TIC (P03) enquanto as duas outras professoras (P01 e P02) e o elemento da direção (D01) representaram presencialmente a equipa e a solução EP+. Após o *pitch* e as questões do júri, a equipa tinha completado o ciclo *do Apps for Good* e angariado o 2º lugar do Ensino Secundário. A posição do 2º lugar atribui aos elementos da equipa um *smartphone* e ao Agrupamento de Escolas de Aveiro e ao EPA um selo de Escola *Apps for Good*.

[11] Profissionais de áreas técnicas que partilham em sessões de 'mentoria' online o seu conhecimento com os alunos
[12] Constituído por colaboradores voluntários das entidades parceiras.

CAPÍTULO 4

Avaliação do Programa no EPA

4.1. Breve Reflexão Acerca do Domínio do Conhecimento da Avaliação

A avaliação é um domínio do conhecimento que tem vindo a ser reconhecido sobretudo pelos contributos que pode dar à melhoria da qualidade do que nos rodeia. Em particular, na melhoria da vida das pessoas, das instituições e da própria sociedade. A natureza transdisciplinar da avaliação, permite que, tal como acontece com a Lógica e com a Estatística, seja utilizada em qualquer domínio do conhecimento e em qualquer área de funcionamento da sociedade (Fernandes,2018; Fernandes, 2013; Fernandes, 2010). House e Howe (2003) e Scriven (1994 e 2003), citados em Fernandes (2018) referem que o domínio do conhecimento da avaliação ou a disciplina da avaliação, tal como qualquer outra disciplina como a Biologia, a História ou a Física, tem objetos próprios, utiliza um conjunto de conceitos fundamentais, métodos e tem meios que lhe permitem aceitar ou refutar as suas conclusões. Nestes termos, é geralmente reconhecido que a avaliação pode "formular juízos credíveis, plausíveis e socialmente úteis acerca da qualidade dos objetos que nos rodeiam" (Fernandes 2018, p.2). Assim, para uma diversidade de autores a avaliação não se limita a ser uma prática social que aplica os métodos das ciências sociais, mas é um domínio do conhecimento com uma construção teórica substantiva (Scriven, 1994; Stake, 2006), comparável, como se referido acima, a outras disciplinas como a Lógica e a Estatística (Scriven, 2003). Estes autores, valorizam o estudo das experiências pessoais dos indivíduos nos contextos envolventes e, consequentemente, as análises subjetivas que produzem acerca deles. Mas também valorizam a utilização de uma diversidade de critérios, mais ou menos socialmente construídos, que contribuem para melhorar e credibilizar o processo e os resultados da avaliação. Em suma, para muitos investigadores, para avaliar um dado objeto, é importante articular perspetivas baseadas na experiência das pessoas ou das suas práticas, mais subjetivas, com as perspetivas baseadas em critérios, em que se procura a objetividade (House e Howe, 2003; Stake,2006; Patton, 2003 citado em Fernandes, 2018).

Um dos principais propósitos da avaliação é discernir a qualidade dos objetos que nos rodeiam. Para cumprir esse propósito, pode utilizar-se uma avaliação informal, um ato espontâneo, despido de estrutura e planeamento uma vez que reflete o ponto de vista individual. Trata-se de uma avaliação associada ao "raciocínio do dia-a-dia" (Hammersley, 2003; Polkinghome, 2000 citado em Fernandes, 2013) em que não se explicitam quaisquer critérios, sendo desta forma influenciada pelas expectativas, experiências, conhecimentos e conceções pessoais, tornando-a subjetiva e parcial (Fernandes, 2013). Dadas as limitações da avaliação informal, é importante ter em conta a chamada avaliação formal sobretudo quando se invocam processos de legitimação e utilidade pública. A avaliação formal confere uma estrutura prática e planeada com base em critérios e fontes de dados que permitem sustentar as informações sendo que a base não representa apenas as

perspetivas pessoais de um indivíduo, mas perspetivas mais abrangentes oriundas de uma diversidade de participantes e de interessados num processo de avaliação (Fernandes, 2013). Desta forma, reúne as características para analisar, acompanhar e legitimar programas sustentados à luz de normas e princípios, tornando-se um pilar fundamental na tomada de decisão dos responsáveis políticos e, consequentemente, no desenvolvimento das políticas públicas (Fernandes, 2011).

O planeamento de uma avaliação é fortemente influenciado pelo seu propósito, isso reflete-se na escolha dos métodos de recolha de dados e na interação com os participantes envolvidos. Esses propósitos podem variar amplamente, desde "a) apoiar a tomada de decisões; b) servir a prestação pública de contas; c) melhorar as práticas e procedimentos de um dado programa educativo; d) compreender problemas de natureza social no âmbito de um dado projeto, contribuindo para a identificação de soluções possíveis; e e) compreender as experiências vividas por quem está envolvido numa dada prática social." (Fernandes, 2009, p. 41). Portanto, as avaliações, sejam elas informais ou formais, podem ser moldadas para atender a esses propósitos diversificados, sendo essencial compreender as características das abordagens, modelos e teorias de avaliação. Para tal é necessário ter em consideração se a abordagem enfatiza mais a teoria, como os aspetos conceituais e estruturais, ou se prioriza as práticas e experiências reais dos participantes envolvidos. A escolha entre estas abordagens pode variar de acordo com o contexto e os objetivos específicos de cada avaliação (Fernandes, 2013). Com base nesse entendimento, a avaliação assume uma importância significativa para a sociedade uma vez que não se limita a um campo isolado, mas atravessa fronteiras disciplinares e contribui de forma evolutiva para o benefício da população em geral e de diversos grupos sociais. Este impacto estende-se a políticos, líderes da administração pública, gestores de instituições educacionais e investigadores demonstrando a relação intrínseca com a sociedade e desempenhando um papel vital no aperfeiçoamento de programas e políticas públicas. Neste sentido, a avaliação atua como uma ponte entre o conhecimento teórico e a realidade prática, sendo uma ferramenta essencial na compreensão e resolução de problemas socais e na promoção do bem-estar coletivo (Fernandes, 2018; Fernandes, 2009).

4.2. A Teoria do Programa

A avaliação de políticas públicas foca-se na qualidade do objeto que se estuda e deve emergir de um equilíbrio entre uma avaliação baseada em critérios e uma avaliação baseada nas experiências pessoais dos participantes com o referido objeto de avaliação (Stake, 2006). Neste sentido, invocando a lógica indutiva, a construção de padrões mais amplos a partir de observações específicas permite compreender a aplicabilidade do conhecimento obtido a partir de instâncias particulares e de contextos específicos. Dentro desta visão, estabelecer relações de causa e efeito é uma tarefa desafiadora, quiçá utópica, uma vez que tudo está interligado, levando à ideia de que "tudo causa tudo ao mesmo tempo" (Fernandes, p.196, 2011). Com a necessidade de desenvolver uma estrutura teórica consistente para uma avaliação adequada a planificação prévia é essencial,

possibilitando a definição de objetivos claros, critérios de qualidade, relevantes e metodologias apropriadas. Uma abordagem teórica consistente permite uma avaliação rigorosa, com indicadores adequados e uma recolha de dados viável, neste sentido aplicar-se-á a teoria do programa. A teoria do programa, enquanto conceito central, desempenha um papel fundamental na facilitação da compreensão da natureza do objeto que se pretende avaliar e dos pressupostos que fundamentam o programa em análise. Uma das características da teoria reside na capacidade de proporcionar uma profundidade de conhecimento substancial acerca do funcionamento interno dos programas, bem como das interações que ocorrem entre os componentes e os processos adotados na execução. Adicionalmente, esta abordagem possibilita a avaliação dos impactos do programa e da sua eficácia na aquisição dos resultados. A teoria do programa tem particular relevância, na medida em que orienta o delineamento do percurso avaliativo, contribuindo para identificar questões pertinentes de avaliação e, consequentemente, orienta a seleção de métodos de recolha de dados adequados e delimita as dimensões críticas a analisar. No que toca à construção do enquadramento teórico, esta pode ser fundamentada em múltiplas fontes de informação tais como o conhecimento acumulado proveniente de programas ou intervenções anteriores, a consideração das teorias subjacentes às práticas dos profissionais envolvidos no desenvolvimento do programa e a análise das observações realizadas durante a sua implementação. A sinergia destes elementos proporciona uma base sólida e abrangente para a formulação do enquadramento teórico que sustentará o processo de avaliação, enriquecendo a compreensão dos contextos e dos mecanismos subjacentes à intervenção em questão (Fernandes, 2010).

A planificação de uma avaliação é indispensável para que ela seja um processo que permite discernir a qualidade dos programas e projetos no âmbito das políticas públicas. Nesta aceção e com base nas ideias de Holden e Zimmerman (2009), o processo de planificação da implementação da avaliação consolida-se em cinco fases: a) avaliar o contexto; b) obter reconhecimento; c) envolver os potenciais interessados; d) descrever o programa; e) focar a avaliação. Deste modo, uma avaliação não se restringe apenas a aspetos práticos, éticos e técnicos, mas também compreende as particularidades de cada programa. Isso implica que um avaliador deve considerar a história, valores, recursos, restrições políticas e outras características peculiares do programa ao planear e conduzir a avaliação, resultando numa análise mais abrangente e esclarecida. Isto é:

1. Recolha Inicial de Informações: Antes de iniciar a avaliação, é de extrema importância definir de forma clara os objetivos para os quais os resultados da avaliação serão utilizados. Isso envolve a identificação da forma como os resultados serão empregues para fundamentar decisões. Os principais propósitos das conclusões da avaliação são proferir julgamentos finais sobre um programa, melhorar continuamente os programas e adquirir um entendimento global acerca da eficácia dos padrões. Adicionalmente, o avaliador deve ponderar como os interessados, incluindo os responsáveis políticos, podem beneficiar dos resultados.

2. Obter reconhecimento: Uma avaliação eficaz inicia com uma definição clara dos objetivos, a intenção do avaliador é de informar as partes interessadas sobre os possíveis usos dos resultados. A especificação cuidadosa dos objetivos e a validação contínua emergem como elementos fundamentais para o êxito de qualquer avaliação. Os avaliadores desempenham um papel crucial, assumindo imparcialidade na qualidade dos resultados.

3. Envolvimento das partes Interessadas (*stakeholders*): As partes interessadas são elementos ou grupos que têm um interesse direto no programa sujeito a avaliação. A inclusão destas partes no processo de planeamento da avaliação é crucial, uma vez que possuem perspetivas valiosas sobre o contexto, o programa e as suas implicações. As partes interessadas variam consoante o programa e a abordagem avaliativa, podendo abranger membros da comunidade, especialistas no campo e financiadores. Manter o envolvimento constante das partes interessadas ao longo do processo de avaliação contribui para a validade, relevância e robustez dos resultados.

4. Descrição detalhada do programa: Antes de dar início à avaliação, é essencial compreender a fase de desenvolvimento do programa e o contexto em que opera. Isto requer a análise de documentos pertinentes como a revisão da literatura relevante e entrevistas a figuras-chave e partes interessadas. Com base nestas informações, o avaliador cria modelos lógicos ou estruturas conceptuais que visualizam o funcionamento do programa. Este procedimento auxilia na identificação das questões relevantes para a avaliação e estabelece uma base sólida para o trabalho futuro.

5. Foco avaliativo: Uma avaliação eficaz deve concentrar-se nas questões de maior importância para as partes interessadas, considerando os recursos disponíveis. Isso implica a elaboração de uma lista de questões de avaliação relevantes, obtidas através do *feedback* das partes interessadas, análise de documentos do programa e compreensão dos diversos aspetos do programa. O foco da avaliação está direcionado para investigar estas questões fundamentais, garantindo que os resultados estejam alinhados com as necessidades e interesses das partes interessadas (Holden e Zimmerman, 2009).

Considerando que "(…) os programas são instâncias das políticas públicas ou, se quisermos, representações da sua concretização." (Fernandes, 2018, p. 1), não se poderá, em rigor, dizer que o Programa *Apps for Good* na escola de um Estabelecimento Prisional, se inclui na categoria de "programa" ou "projeto" que materializam as referidas políticas públicas no seu sentido mais estrito. Contudo, para efeitos desta avaliação, pode considerar-se que, mesmo não sendo de cariz público, o *Apps for Good* e os seus propósitos, convergem para encontrar soluções para as preocupações expressas. Assim, pode ser considerado um programa que, conforme já atrás foi discutido, pode contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas ao compreender o impacto e o sucesso do programa; a sua sustentabilidade e viabilidade considerando se é replicável; quais os componentes mais eficazes e aqueles a serem melhorados (Westat, 2022). Adicionalmente, é orientado por uma agenda social cujo principal propósito é melhorar conhecimentos e competências

que podem contribuir para melhorar a qualidade da vida profissional e pessoal das pessoas. Na verdade, esta perspetiva de avaliação enfatiza a transformação e a melhoria dos objetos de avaliação para promover a justiça social e para reduzir as desigualdades sociais (Fernandes, 2018).

CAPÍTULO 5

Método

5.1. Objetivo geral e questões do estudo, objeto da avaliação e participantes

A presente dissertação tem como objeto geral de estudo o Programa *Apps for Good* na escola do Estabelecimento Prisional de Aveiro (EPA) no ano letivo de 2021/2022. Mais concretamente, tem como objetivo contribuir para avaliar o referido programa, ou discernir a sua qualidade, no EPA. O *Apps for Good* é um programa educativo tecnológico que desafia alunos e professores, desde o ensino básico até ao ensino secundário, tanto em escolas públicas como privadas a desenvolverem, em equipa, ideias em produtos tecnológicos reais (*apps*) que minimize um problema social (*for good*) ligado aos 17 ODS, mostrando-lhes o potencial da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem. Para atingir esses objetivos, o programa segue uma metodologia de projeto flexível e abrangente, que pode ser adaptada a várias disciplinas, podendo ser implementada no currículo escolar e nas atividades extra-curriculares. Para além da flexibilidade curricular o *Apps for Good* procurou flexibilizar o contexto de intervenção, para tal, inicia o seu percurso piloto nas escolas dos Estabelecimentos Prisionais (EPs).

O EPA aplicou o programa na sua escola, tendo mobilizado uma equipa de seis alunos e três professoras. A ideia fundamental é compreender como os participantes, considerados fundamentais, avaliam e percecionam a viabilidade e o impacto do programa. Neste sentido, foram inquiridos através de entrevistas dois alunos, três professoras, um membro da direção do EPA e a gestora de projeto do programa *Apps for Good*.

A realização deste estudo de avaliação teve em conta dois objetos, a viabilidade e o impacto, e, consequentemente, foi orientado pelas seguintes questões de avaliação:

1. Como é que os participantes avaliam a viabilidade do programa *Apps for Good*?
2. Como é que os participantes percecionam o impacto do programa *Apps for Good*?

No esquema seguinte encontram-se as dimensões consideradas para cada um dos objetos referidos, permitindo avaliar o programa através de cada um deles.

Objetos	Dimensões
Viabilidade	Conteúdos Programa Expansão Recursos Humanos Abandono do programa Ensino Expectativas
Impacto	Competências Reinserção Perceções Professores Programa

5.1.1. Contributos da avaliação para o desenvolvimento das políticas públicas

Consequentemente, surgem três metas da avaliação para o desenvolvimento das políticas públicas:

1) Analisar os resultados da avaliação de forma a orientar decisões futuras sobre o programa nos estabelecimentos prisionais, destacando pontos fortes e áreas a melhorar.

2) Contribuir para a pesquisa sobre a educação nas prisões, influenciando as políticas públicas educacionais.

3) Apoiar a criação e melhoria de planos de reintegração na sociedade para indivíduos privados de liberdade.

5.2. Abordagem metodológica

O método geral utilizado nesta avaliação incluiu o desenvolvimento das seguintes cinco etapas:

Recolha Inicial de Informações: Iniciou-se a preparação da avaliação tendo em conta que o seu foco principal era contribuir para a melhoria da execução do Programa *Apps for Good* no contexto prisional, e consequentemente, a sua expansão. Foi realizada uma análise documental de forma a enquadrar as políticas públicas relacionadas com o contexto da avaliação.

Descrição Detalhada do Programa: Antes de iniciar a avaliação, foi contextualizada a operacionalização institucional do Programa *Apps for Good*, assim como descrita de forma pormenorizada todas as suas fases. Sendo o foco principalmente o contexto prisional é descrito todo este procedimento, o que permitiu ajudar a desenvolver questões relevantes para a fase seguinte de avaliação.

Obter reconhecimento: De forma a orientar e delimitar os objetivos da avaliação foram selecionados dois dos objetos de avaliação e, consequentemente, dimensões de análise, centradas

nos fatores estruturantes da operacionalização e eficácia do programa junto dos seus intervenientes. A viabilidade demonstrou-se pertinente na avaliação devido à necessidade de apurar a possibilidade de implementação do programa no contexto prisional, sendo fundamental compreender se a metodologia se adequa ou se adaptam a um ambiente com particularidades distintas de outras instituições de ensino. O impacto é fundamental para compreender o sucesso e a qualidade do programa, uma vez que é importante avaliar as competências desenvolvidas e os resultados obtidos pelos alunos e pelos professores. Ademais, é importante avaliar se o programa contribui para a reinserção social dos alunos, que é o objetivo principal do sistema prisional.

Envolvimento das Partes Interessadas: Com a necessidade de obter um conjunto de resultados relevantes e robustos foi escolhido o Estabelecimento Prisional de Aveiro pelo facto de ter participando pela primeira vez no ano letivo de 2021/2022 permitindo uma avaliação piloto. Em consequência, definiu-se uma amostra não probabilística, mais concretamente uma amostragem intencional, representada por duas professoras de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e uma de Cidadania e Empregabilidade; dois alunos do curso EFA do 12º ano e um membro da direção do EPA. A escolha foi ponderada e essencial para conferir à avaliação um suporte estrutural para obter todos os campos de avaliação necessários uma vez que os intervenientes envolvidos na investigação participaram pela primeira vez e experienciaram do início ao fim todas as fases do programa. A par com os intervenientes do EPA foi essencial recorrer à gestora do programa de forma a percecionar a intervenção num ângulo mais operacional.

Os dados foram recolhidos através de inquéritos por entrevistas semiestruturadas tendo em vista realçar as perspetivas e perceções das experiências vivenciadas pelos participantes. As entrevistas realizaram-se com o apoio de um guião baseado nos objetos e dimensões da matriz de avaliação, como apresentado no Anexo A, para que fosse possível recolher as informações junto dos entrevistados que permitissem responder às questões previamente formuladas (Campenhoudt, Maequet e Quivy, 2019). A recolha dos dados foi realizada *online* através das plataformas *Teams* e *Webex* com uma duração média de 45 minutos. A transcrição das entrevistas pode ser consultada no Anexo B. As entrevistas decorreram dentro do planeado havendo apenas a necessidade de intervenção para solicitar questões complementares ao abordado e pedidos para um melhor aprofundamento do que foi exposto. A organização, a análise e o tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas foram realizadas através do *software MAXQDA*.

Este estudo de avaliação é, por natureza, qualitativo dando especial atenção à discrição, à análise e à interpretação dos dados recolhidos junto dos participantes.

5.3. Considerações éticas

A presente investigação, norteia-se por princípios éticos de forma a assegurar a integridade dos resultados obtidos, a confidencialidade dos participantes e o respeito pelos seus direitos. Neste sentido, de acordo com a conduta suprarreferida foi exposto e validado com assinatura, junto de cada participante, um consentimento informado com o objetivo de garantir a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais.

5.4. Limitações da avaliação

Na análise da avaliação realizada é necessário considerar que a) a avaliadora pode ter sido influenciada pela sua proximidade ao programa em avaliação; e b) a seleção deliberada e por conveniência dos participantes pode não garantir que as suas perceções representam as que mais prevalecem relativamente à viabilidade e impacto do programa.

A proximidade com o objeto de avaliação pode influenciar tanto a recolha como a descrição, a análise e a interpretação dos dados. De facto, ao ter uma dada compreensão prévia do objeto de avaliação poderá existir uma expectativa para alinhar e confirmar os resultados obtidos, podendo ser difícil garantir níveis adequados e desejáveis de imparcialidade. A seleção deliberada e por conveniência dos participantes pode não ter garantido a desejável variedade de perspetivas e/ou experiências podendo, neste sentido, interferir com a credibilidade e a plausibilidade da avaliação realizada.

Em todo o caso, sempre se dirá que este estudo de avaliação, como aliás é normalmente o caso de qualquer avaliação, não tem o propósito de generalizar quaisquer resultados e, consequentemente, não visa a formulação de leis ou a procura de uma lei universal. Na verdade, o seu propósito é o contribuir para que nos possamos pronunciar acerca da qualidade do programa, identificando os seus aspetos mais e menos conseguidos para que possam ser formuladas recomendações que permitam consolidá-lo e/ou melhorá-lo. Nestes termos os conceitos-chave de um estudo de avaliação são a sua plausibilidade e a sua credibilidade (Howe, 2003).

CAPÍTULO 6

Resultados da Avaliação

Os resultados deste estudo de avaliação foram organizados e são apresentados tendo em conta os objetos – Viabilidade e Impacto – e as correspondentes dimensões que se definiram na elaboração da respetiva Matriz de Avaliação.

Viabilidade

1. Ensino

A caracterização do ambiente escolar no Estabelecimento Prisional descrita por parte das professoras e dos alunos assume duas perspetivas de contraste. A perspetiva negativa é associada ao contexto do ensino devido sobretudo à "instabilidade emocional, provocada pelos acontecimentos judiciais que se vão sucedendo principalmente porque" (os alunos) "estão em prisão preventiva, a aguardar julgamento criando-lhes grande ansiedade." (P01) o que leva as professoras a conciliar e a "lidar diariamente com os problemas graves dos próprios formandos" (P03). No que diz respeito às aulas, estas acabam por suportar muitas consequências devido às condições restritas do EPA. São identificadas dificuldades que influenciam a aprendizagem dos alunos e que comprometem o exercício escolar das professoras uma vez que "depende muito do grupo de trabalho (…) como se trata de um EP onde estão provisoriamente (…) o grupo de formandos é muito flutuante e num período de um mês há sempre um formando que entra e outro que sai." (P02). Esta dinâmica interfere com o desenvolvimento das aprendizagens porque são agregadas várias faixas etárias "na mesma sala e todos com capacidades diferentes e níveis diferentes de aprendizagem. (...) sendo que às vezes uns atrasam os outros" (A02). A perspetiva positiva emerge da oportunidade que os reclusos têm em frequentarem a escola, destacando a vertente mais prática das atividades que muitas vezes se relacionam com as suas vidas gerando assim mais interesse em aprofundar esses conteúdos. Mas, para "além da parte prática era também um ambiente um bocadinho à parte do que do que era a rotina diária, num local daqueles, permitia a comunicação com outro tipo de pessoas. Abordar temas e assuntos que não eram comuns naquele ambiente." (A01) possibilitando beneficiar "o tempo de reclusão para crescer como pessoas e em termos académicos. Os que colaboram em tudo, com entusiasmo, que cumprem as regras e que reconhecem a oportunidade que não teriam tido lá fora." (P01).

Tendo em conta as dificuldades do contexto, a participação no programa exigiu adotar estratégias no que diz respeito às infraestruturas tecnológicas existentes como a "falta de internet" e "os computadores muito velhos e muito degradados" (P01) tendo em conta sempre que "por norma as regras internas prisionais não permitem que os reclusos tenham acesso à internet e no caso de haver algumas exceções tem que ser sempre com alguma supervisão." (adjunto do EPA D01).

Nestas condições, as professoras, ao longo do desenvolvimento do programa, tinham de planear as aulas e as tarefas previstas do *Apps for Good* com antecedência uma vez que "Tudo é pensado e realizado *offline*." (P02). A professora P03 referiu que, sendo que em muitas situações, tinha de "imprimir material, ou levar os ficheiros com resultados de pesquisas.". Esta professora mencionou ainda que era necessário ir diversificando e adaptando as estratégias para garantir que os alunos não perdiam a sua autoestima, fator fundamental para manter o interesse e o compromisso dos alunos ao longo do programa. Para tal, as professoras privilegiaram uma metodologia de projeto que integrasse não só as várias áreas disciplinares como vários níveis de ensino. A par com o reforço da autoestima, as professoras partilharam que o facto de o tema da aplicação ter sido escolhida pelos alunos foi um fator preponderante para a motivação, principalmente porque criaram "uma ferramenta que os ajudou a resolver problemas que sentiam todos os dias no EP" (P01). Outro fator relevante no mesmo sentido foram as ferramentas tecnológicas que, por norma, não podem ser utilizadas em contexto escolar, principalmente com acesso à internet, mas sendo necessário para a realização do projeto no Programa *Apps for Good* são excecionalmente utilizadas, o que acaba por desempenha um papel motivador para a participação e interesse dos alunos.

2. Expectativas

Nesta dimensão são de destacar as expectativas das professoras e dos alunos em participar no programa. Para além do desafio profissional para as professoras, o interesse da participação focava-se em "proporcionar também mais e melhores aprendizagens aos alunos." (P03) permitindo-lhes "utilizar aplicações a que, de outro modo, não conseguiriam ter acesso." (P02). A posição entre as professoras foi distinta. De facto, a professora P01 tinha uma visão inicial mais cética sobre a participação no programa tendo em conta a desvantagem do EP em termos de infraestrutura e estabilidade, em relação às escolas do exterior. Por outro lado, a professora P02 apresentava uma visão mais otimista, que acabou por influenciar e motivar a professora P03, destacando a "possibilidade de utilizarem aplicações a que, de outro modo, não conseguiriam ter acesso. A possibilidade de integrar uma comunidade de inovação tecnológica, aplicar estratégias de desenvolvimento de projeto, de desenvolvimento de produtos, possibilidade de contactar com *experts* de várias áreas." (P02). Já os alunos destacaram a importância do papel das professoras e que as expectativas estavam ligadas à oportunidade de trabalhar em grupo uma diversidade de questões através da utilização das tecnologias. Além disso, sublinharam a oportunidade de fazerem algo do interesse deles próprios uma vez que sentiram que, como referiu o aluno A02, "no meio prisional somos um bocado esquecidos e ninguém percebe disso melhor do que nós e decidimos colmatar algumas lacunas.".

3. Conteúdos

No que diz respeito aos conteúdos do *Apps for Good*, disponíveis na plataforma, as professoras e os alunos da sua experiência classificaram-nos como relevantes, adequados e completos o que lhes permitiu desenvolver "primeiro, uma perceção daquilo que o projeto tinha de ser e, depois,

acabaram por guiar todo o caminho." (A01). No entanto, apesar dos aspetos positivos, houve ainda espaço para introduzir melhorias relativamente à plataforma onde se encontram estes conteúdos. Este aspeto foi consensual entre todas as professoras tendo em conta que a plataforma não era de utilização intuitiva o que dificultava a interação das professoras com os conteúdos.

4. Abandono do Programa

Os abandonos do programa que foram identificados, como aconteceu com "dois ou três indivíduos que estavam envolvidos, mas que, entretanto, viram a medida de coação alterada e foram-se embora" (D01), decorreram das condições específicas do EPA. O facto de ser um EP de preventivos influenciou diretamente a sua participação e envolvimento no programa que, assim, teve de conviver com uma certa instabilidade na frequência. Uma das formas identificadas para mitigar esta instabilidade foi sugerir a participação de alunos cuja situação prisional era mais previsível, isto é, tal como referido pelo participante P03, os alunos eram selecionados tendo em conta a previsão da sua estadia no EP. De salientar que, curiosamente, se identificou uma intenção de continuidade apesar do abandono ser suceder à situação prisional e obrigatório quando requerido. Exemplo desta situação foi o caso de um recluso que "ficou muito desapontado, por não poder acompanhar o resto do projeto até porque ele também tinha alguma formação e também tinha um trabalho ligado à informática lá fora, por conta própria." chegando mesmo a questionar o elemento da direção do EPA D01 se "mesmo sendo libertado, se podia vir cá para poder continuar a participar no programa. Explicamos que não, porque ele deixou de estar sob a nossa tutela e, portanto, (...)." não podia continuar.

5. Programa

O sucesso na utilização do *Apps for Good* foi, em boa medida, atribuído às professoras. Na verdade, todos os alunos, o elemento da direção do EPA e a gestora do projeto consideraram a relevância do papel das professoras "em trazerem novas abordagens pedagógicas ao processo de ensino" (GP01) e em estarem próximas dos alunos criando um bom espírito de grupo "associado também muito às professoras P02 E P03 que sempre nos motivaram imenso." (A01). De destacar também o envolvimento e o apoio constante da direção do EPA, que esteve disponível para resolver problemas e para facilitar a concretização do projeto. Destacam-se ainda as parceiras, como o AEA e com a DGRSP, que proporcionaram um trabalho colaborativo, sempre desenvolvido com a cooperação de diferentes intervenientes, como identificou a professora P03, o elemento da direção do EPA D01 e a gestora de projeto GP01, "a equipa do *Apps for Good*, da coordenação da equipa pedagógica e da própria equipa da direção e dos serviços de vigilância foram fundamentais para o êxito do projeto." (P03). Para os alunos e para a professora P01 um fator de êxito da aplicação também foi o tema da *app* que desencadeou uma boa dinâmica e comunicação da equipa "Inclusivamente até fora do ambiente escolar se debatiam ideias e surgiram propostas" (A01). Esta dedicação surgia devido à motivação para desenvolver uma ferramenta que melhorasse o contexto

em que viviam, uma vez que, tal como referido pelo aluno A02, “estávamos todos no mesmo sítio e aqui conseguimos caminhar todos no mesmo sentido”.

Tal como foi sinalizado por todos os intervenientes, os desafios relacionados com a infraestrutura tecnológica e com o acesso a recursos constituíram uma barreira significativa no processo de desenvolvimento do programa no EPA. Tal como mencionado pela professora P03, "a falta de internet e de computadores atuais" foi um desafio que em parte afetou a capacidade de os reclusos realizarem pesquisas e acederem a informações essenciais. A par disso, as restrições e os obstáculos associados ao EP consubstanciaram dificuldades para dar continuidade ao trabalho fora do horário escolar pela "impossibilidade de levar qualquer tipo de material para a cela" (P02). O aluno A01 mencionou que o “tempo era muito limitado, como deve imaginar num ambiente prisional tudo é programado numa rotina que inclui várias coisas e cada coisa tem o seu tempo, o seu horário, as suas limitações.” Para além de tudo, a pandemia que então se viveu veio acentuar as dificuldades, mas, apesar de tudo, o programa teve o seu seguimento.

6. Expansão

No que diz respeito às lições aprendidas realça-se que a ambição e a capacidade de adaptação mesmo em condições limitadas podem ser superadas com a contribuição de todos. A professora P01 considerou que “é possível desenvolver projetos ambiciosos. Que todos juntos somos capazes de adaptar as condições limitadas do EP e produzir projetos como se não houvesse constrangimentos." Contudo, foi por todos os participantes referido que uma seria importante ter outras condições e recursos digitais, mais concretamente “um espaço que não é só sala de aulas, chamemos uma sala de informática criada de raiz.” (D01) “para os reclusos poderem melhorar as suas apresentações e os seus projetos” (A02). A valorização dos professores é um dos outros fatores que deve ser considerado como base da expansão, uma vez que assumindo o papel de facilitadores referiram que “somos nós que puxamos sempre por eles e que temos realmente um enorme trabalho acrescido” (P02). Consequentemente, a motivação e a entrega dos professores influenciam o desempenho dos alunos como indica o A02: “O acompanhamento para com os alunos é muito importante, bons mentores porque aqui estamos bastantes desmotivados.” Em termos de recursos humanos o apoio presencial é fundamental e seria um fator diferenciador se existisse uma equipa de *experts* “que visitasse os estabelecimentos prisionais” (P03).

O aluno A1 referiu ser importante divulgar este e outros projetos de outros EPs junto da sociedade em geral uma vez que existe um preconceito muito grande relativamente aos EPs e é essencial “desmistificar a nível social, que há pessoas muito válidas e úteis e interessadas (…) que pretendem pagar pelo erro que fizeram e corrigir essa situação e voltar a integrar a sociedade normalmente e serem elementos válidos.”. Mas também junto dos próprios reclusos que, como referiu o aluno A01, em muitos casos, consideram que a escola e as aprendizagens que pode proporcionar são “uma perda de tempo, veem quase a participação em determinados projetos como uma fraqueza de quem o faz”. Este aluno considerou ainda que “são ambientes muito duros e onde

há sempre a tendência de se impor a lei do mais forte do que a lei do mais inteligente. “o que acaba por coagir quem tem interesse e que não frequenta o ensino por pressões de outros e por se sentirem ridicularizados e gozados.”. Para além disso, mostrar que o *Apps for Good* pode ajudar e valorizar os reclusos, abre o caminho para que sintam que “afinal não estamos completamente esquecidos. Há pessoas que acreditam em nós e que nos dão força para fazer alguma coisa” (A01).

7. Recursos Humanos

O apoio disponibilizado pela equipa do *Apps for Good* e pela rede de *experts* reflete por parte das professoras e dos alunos uma perceção positiva do envolvimento dos mesmos no desenvolvimento bem-sucedido do projeto. Expressaram opiniões muito positivas sobre a colaboração com os *experts* identificando que a colaboração foi fundamental para a resolução dos problemas que iam surgindo e fornecendo suporte motivacional. Quanto à equipa do *Apps for good* caracterizam-na como “disponível, profissional, simpática e acolhedora” (P03) o que foi fundamental “para conseguirmos chegar ao fim, pois muitas vezes a vontade de desistir foi grande.” (P02). Os alunos partilharam o mesmo sentimento, destacando as informações necessárias, a motivação e a proximidade através das visitas presenciais ao EPA. Quanto ao apoio das professoras, os alunos apontaram a contribuição para a motivação, suporte e desenvolvimento ao longo do projeto. É de notar que, tal como sublinhado pelo aluno A01, “se criou um ambiente muito bom de entreajuda e havia um sentimento muito positivo por parte de toda a gente e as professoras eram grande parte disso.” desempenhando um papel fundamental para evitar desistências e falta de compromisso.

Tendo as professoras um papel essencial destacam-se as necessidades profissionais para a implementação do programa. Enquanto a professora P02 mencionou que não sentiu necessidade de formação adicional, uma vez que tinha o suporte da outra professora de informática (P03), a professora P03 sentiu que necessitava de formação mais específica, a nível técnico como “formação nas várias aplicações, no modelo de negócio, etc.”. Já a professora P01 reforçou a ideia da professora P02 referindo que as professoras de tecnologia são competentes e que detêm os conhecimentos para a implementação do programa e, assim, realçou que “(...) como coordenadora, o trabalho foi bastante facilitado pela qualidade das professoras de informática que concretizaram a parte técnica.”. Por outro lado, a direção do EPA indicou que não existiu a necessidade de reuniões formais para o acompanhamento com as professoras uma vez que se encontraram diariamente e faziam o levantamento das dificuldades que passavam por questões técnicas, no que dizia respeito à parte estrutural da a*pp*, e por questões relacionadas com os procedimentos internos do EPA. Por fim, a gestora do projeto (GP01) destacou a importância do apoio e do suporte às professoras para o sucesso contínuo do programa, como é o caso da creditação, o acesso a especialistas para desenvolver competências digitais e *soft skills* e ainda o “suporte próximo com visitas às escolas e reuniões de apoio direto.

Impacto

1. Competências

No que diz respeito às competências técnicas, devido à maior proximidade, só as professoras de tecnologia conseguiram identificar nos alunos as competências, indicando a destreza de novas ferramentas digitais como "*MsWord, MsPowerpoint, Inkscape, Diagrams, Balsamic"* (P03) ao realizarem o protótipo e ao programarem a *app.* Ainda destacam as competências técnicas no que diz respeito ao modelo de negócio e à componente de *marketing*, associada à elaboração de um cartaz representativo da *app* para apresentarem em *Marketplace*.

Por outro lado, e, tal como referiu a professora P02, "a capacidade de desenvolver projetos", é algo também mencionado pelos alunos devido à metodologia e ao rigor da organização, do planeamento e da estruturação. De facto, o aluno A01 referiu que "(...) para estruturar um projeto destes é preciso analisar diversos componentes. Desde a própria ideia em si, como estruturar a própria aplicação e inclusivamente no que diz respeito à parte económica do negócio, criar algo que possa ser rentável, que possa causar interesse a possíveis investidores.". Além disso, o aluno A02 fez referência às competências ligadas às chamadas *soft skills* junto dos outros elementos da equipa de alunos uma vez que se torna "difícil trabalhar em equipa, cada um tem a sua ideia, cada um quer aplicar sua ideia. Também ouvir o outro, às vezes a nossa ideia pode não ser tão boa como a outra, mas temos de ir ao encontro do que é melhor para o projeto. E também autoconfiança, pelo menos para mim que sempre tive medo de palco e de apresentar e pus-me em ação. Se não tivermos medo conseguimos alcançar o que quisermos.". As competências sócio emocionais destacadas pelos alunos incidem sobretudo no aumento de sentimentos pessoais como a autoconfiança e a superação de medos como indicou o aluno A02, que durante o *pitch* em público se expôs porque "quis quebrar essa barreira a nível pessoal". E a diminuição do sentimento de isolamento e reclusão uma vez que existia um objetivo e uma motivação diária, assim como um sentimento de pertença sobretudo com a ligação com as professoras por se manterem em "contacto com o mundo cá fora e abordarmos outros temas que normalmente num ambiente deste não abordamos." (aluno A01). Curiosamente as perceções das professoras são consistentes com as dos alunos, como a melhoria da autoestima, melhor relacionamento com o outro no trabalho em equipa, gestão de conflitos e ansiedade perante a exposição pública.

2. Reinserção

O aluno A01, que se encontra em liberdade, destacou a influência que o *Apps for Good* ainda hoje tem, diariamente, na sua profissão atual e indica também a importância que terá para aplicar em futuros projetos e em diferentes contextos.". Fez referência aos conhecimentos práticos e técnicos, como ao planeamento e ao trabalho em equipa que exige competências para lidar com os outros. De facto, estando atualmente integrado numa equipa de 46 pessoas "todos os dias, apesar de todos trabalharmos remotamente, temos várias situações, vários pequenos problemas

diariamente, tanto técnicos como como às vezes até de interpretações, que exigem um contacto frequente com os outros membros da equipa.". Por outro lado, o aluno A02 que ainda se encontra em situação de privação de liberdade revelou que este ano letivo se inscreveu no ensino superior e mencionou que o programa *Apps for Good* foi "um caminho para a engenharia informática" uma vez que, antes da participação no programa, não tinha considerado o ensino superior, muito menos uma carreira na engenharia informática.

3. Professores

As três professoras quando se referem ao impacto que o programa *Apps for Good* teve nos seus papéis enquanto profissionais, realçam sempre que o principal impacto são as contribuições que fornecem aos seus alunos. A professora P01 enfatizou que o programa foi "um excelente contributo para perceber ainda melhor o papel da escola nos estabelecimentos prisionais". Além disso, destacou que os desafios deste tipo de programa a realizam tanto profissional como pessoalmente, uma vez que oferece "oportunidades únicas" aos alunos "que nunca teriam tido se não estivessem presos". A professora P02 destacou que o programa provocou uma aproximação mais pessoal e uma relação de colaboração mais estreita com os reclusos tendo potenciado "uma gestão diferente da sala de aula". Já a professora P03 indicou que o programa lhe deu mais autoestima e confiança, não apenas como professora em contexto prisional, mas também como pessoa. Além disso, destacou a importância do contacto que teve "com o mundo *Apps for Good*, seja equipa e parceiros", permitindo que até os professores se sintam a par das novas tendências e mais integrados na sociedade.

4. Perceções

No que diz respeito à perceção de outos impactos as professoras indicaram que os alunos desenvolveram um sentimento de igualdade que, tal como referiu a professora P03, a oportunidade para contactarem com soluções informáticas diferentes do normal fá-los "sentir outra vez integrados na sociedade." Os alunos identificaram outros impactos como a oportunidade de encaixarem no futuro o que o programa lhes trouxe a "nível emocional e até a nível intelectual" referiu o aluno A01, e no domínio da definição de um projeto de vida como foi o caso do aluno A02 que decidiu estudar engenharia informática. Quanto às perceções acerca do momento mais marcante, a professora P01 e a gestora de projeto GP01 destacaram o primeiro contacto dos alunos com o programa pela "forma como nos recebem, o compromisso que assumem em apresentar as suas ideias, a valorização do *feedback* dado, sem dúvida que tem marca", indicou a gestora de projeto GP01. Como exemplo, a professora P01 expôs a situação de um aluno que "pediu para continuar na prisão, em vez de receber prisão domiciliária, para poder participar no programa até o fim.". Para as professoras P02, P03, o elemento da direção do EPA D01 e para os alunos, o momento mais marcante foi o do apuramento na competição, o dia em que apresentaram publicamente a solução tecnologia EP+, tendo o aluno A02 referido que "Esse momento marcou-me mais, porque era o que tinha mais barreiras.".

5. Programa

Quanto aos objetivos do programa no contexto prisional a gestora de projeto GP01 e o elemento da direção do EPA D01 mencionaram que o foco estava no acesso a ferramentas e a competências que são fundamentais para a reinserção dos indivíduos privados de liberdade na sociedade e no mercado de trabalho. A participação no *Apps for Good* potenciou o trabalho em "parceria com a DGRSP como a reintegração social e profissional dos alunos reclusos, a promoção do sucesso escolar e capacitação digital e das *soft skills* (…) a descoberta de novos talentos e oportunidades de carreira (…) (gestora do programa GP01). E a níveis mais estruturantes como a justiça restaurativa e de reparação, onde os jovens sentem que estão a contribuir para a sociedade." (gestora do programa GP01). Para o elemento da direção do EPA D01 o objetivo centra-se nos aspetos tecnológicos, sobretudo porque no meio prisional o acesso é muito restrito e sendo a tecnologia algo que evolui com muita rapidez o adjunto do EPA D01 referiu o seguinte: "pareceu-nos que de facto era uma maneira interessante de os cativar e também de promover a sua inserção social na medida em que dá oportunidades para estarem a par das novas tecnologias que vão passando lá fora.".

A participação dos intervenientes no programa *Apps for Good*, tendo em conta as perspetivas dos participantes, parece ter tido impactos ou efeitos, tais como os que se seguem: a) aliar tecnologia e cidadania ativa. De facto, os alunos colocaram em prática a ligação da tecnologia à cidadania ativa quando decidiram desenvolver uma solução tecnológica que contribui para a resolução dos problemas do dia-a-dia de toda a comunidade presidiária, incluindo as próprias famílias; b) capacitar as pessoas para o futuro – *Student- Drive for Good*. Embora, até a data o programa tenha como público-alvo jovens, o piloto no EP capacitou os reclusos para o futuro de maneira diferente, pelo desenvolvimento de competências em áreas mais desfavorecidas e menos atualizadas no meio prisional que poderá aumentar as perspetivas de emprego após a saída da prisão e pelo sentimento de igualdade numa sociedade em plena evolução constante. O programa promoveu o desenvolvimento de competências sócio emocionais, trabalho em equipa, resolução de problemas, organização e planeamento, possibilitando uma reintegração mais efetiva na sociedade; c) transformar e inovar as práticas pedagógicas de ensino. A inserção de metodologias ativas no contexto prisional foi um grande reflexo das páticas inovadoras das professoras, incentivando a criatividade e o pensamento crítico dos alunos; d) criar escolas abertas à comunidade. O programa disponibiliza sessões *online* com *experts* de várias áreas. Dada a realidade prisional em Aveiro, os alunos não podem reunir com os *experts online*. Houve por isso, necessidade das professoras fazerem a ponte entre os alunos e os *experts*, causando alguma insatisfação por parte dos alunos. As professoras contactaram diretamente com dois *experts* para que os alunos tivessem apoio no desenvolvimento do projeto.

CAPÍTULO 7

Conclusões e Recomendações

O programa *Apps for Good* na escola dos Estabelecimentos Prisionais caminha no sentido de contribuir para a concretização das políticas públicas educacionais em contexto prisional. Para isso é indispensável aferir o impacto e o sucesso do programa no contexto prisional, assim como a sua sustentabilidade e viabilidade: considerando se é replicável; quais os componentes mais eficazes e aqueles a serem melhorados.

Retomando as questões deste estudo de avaliação "Como é que os participantes avaliam a viabilidade do programa *Apps for Good*?" e "Como é que os participantes percecionam o impacto do programa *Apps for Good*?" pode concluir-se que, em geral, os participantes avaliam positivamente o programa quer quanto à sua viabilidade, quer quanto aos seus efeitos e impactos. De facto, foi genericamente considerado que a dimensão da viabilidade é sustentada pelos recursos disponibilizados pelo programa que foram percecionados como relevantes e adequados para o desenvolvimento dos projetos tanto pelos alunos, como pelas professoras.

Embora haja espaço para melhorias e ajustes nos recursos, foi em geral considerado que o programa fornece uma estrutura sólida para que os alunos desenvolvam competências e aprendizagens através da tecnologia disponibilizada. Além disso, os intervenientes identificaram fatores de sucesso ao longo do programa tais como a colaboração entre os alunos e as professoras e o apoio da equipa do *Apps for Good*. Apesar de terem enfrentado dificuldades, como a falta de acesso à Internet e a necessidade de recursos técnicos atualizados, não as consideraram fatores condicionantes para a implementação do programa ainda que pudessem ter afetado a sua qualidade. Quanto à dimensão do impacto o estudo permite concluir que o programa teve um efeito significativo na vida pessoal e profissional dos alunos, quer através do desenvolvimento das suas competências técnicas em programação, quer através do desenvolvimento de *soft skills* incluindo a comunicação, organização e proatividade na resolução de problemas, quer ainda no desenvolvimento das suas competências sócio emocionais, com destaque para melhorias na motivação e na resiliência. Neste sentido, o programa teve um impacto positivo na reinserção social e profissional dos reclusos, proporcionando-lhes competências práticas e uma sensação de realização e validação perante a sociedade. Foi também percecionado pelas professoras o impacto positivo do programa a nível profissional notando que existia uma abordagem mais dinâmica, envolvente e prática em sala de aula e a nível pessoal pelo sentimento de concretização e impacto.

Neste sentido várias recomendações surgem com base nos resultados finais e nas perceções dos envolvidos, tais como: i) Colaboração por parte do *Apps for Good* para que cada EP concretize um planeamento inicial, identificando as necessidades para a implementação do programa, tendo em

conta as limitações do contexto; ii) Confirmação, seja através de parceiras e/ou protocolos, que os EPs onde se realiza o programa possam têm equipamento tecnológico funcional disponível e acesso à internet; iii) Contemplação da possibilidade de realizar as sessões de mentoria com *experts* presencialmente nos estabelecimentos prisionais; iv) Criação de uma plataforma para os professores envolvidos no programa, partilharem e colaborarem com troca de experiências e práticas; v) Valorização dos professores através do seu o envolvimento nas tomadas de decisão do programa e reconhecimento público com o objetivo de atrair mais professores e aumentar a satisfação e motivação dos professores atuais.

Por fim, a avaliação realizada indicia que o desenvolvimento do programa *Apps for Good* pode ser viável e ter efeitos ou impactos positivos, a vários níveis, nas vivências dos alunos demonstrando que os resultados reforçam a possibilidade da continuidade e expansão do programa de forma a beneficiar mais reclusos, professores e estabelecimentos prisionais.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP). (s.d.). Cursos de Educação e Formação de Adultos. https://www.anqep.gov.pt/np4/Curso_Educacao_Formacao_Adultos.html

Baixinho, A. F. (2017). Políticas educativas em Portugal: governação, contexto local e hibridismo EccoS – *Rev. Cient*., (*42*), p. 105-124. DOI: 10.5585/EccoS.n42.3606

Campenhoudt, L., V.; Maequet, J. e Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Gradiva.

Campos, B. P. (1987). Prefácio: Construção e alcance da Lei de Bases do Sistema Educativo. In E. L. Pires, *Lei de Bases do Sistema Educativo: Apresentação e comentários* (pp. 5–13). Porto: Asa. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56696/2/81933.pdf

Carvalho, S. (2007). *Manual de Boas Práticas sobre Reinserção 1º Caderno: Enquadramento Teórico*. Instituto da Droga e da Toxicodependência. https://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documentos%20Partilhados/Manual_Reinsercao.pdf

Center of Digital Inclusion (CDI Portugal). (2022, novembro 20). https://cdi.org.pt/

Center of Digital Inclusion (CDI Portugal). (2022b, dezembro 18). *Apps for Good em Portugal 7ª Edição 2020/2021*. https://cdi.org.pt/infografico7edicao/

Center of Digital Inclusion (CDI Portugal). (2022d, dezembro 18). *Apps for Good em Portugal 8ª Edição 2021/2022*. https://cdi.org.pt/infografico-apps-for-good-8-edicao-2021-2022/

Center of Digital Inclusion (CDI Portugal). [CDI Portugal]. (2022a, novembro 11). Reconstituir a Memória do CDI Portugal. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=dIxz7fgEcTg&t=740s

Center of Digital Inclusion (CDI Portugal). [CDI Portugal]. (2022c, novembro 11). *UM ACREDITAR LENTO – O Apps for Good nos Estabelecimentos Prisionais.* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=knT0cfP2IMo&t=264s

Comissão Europeia. (2023, Março 20). Educação e formação de adultos. Recuperado em 5 agosto 2023. https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/educacao-e-formacao-de-adultos.

Costa, A. R.; Beviláqua, A. F.; Fialho, V. R. (2020). A Atualidade do Pensamento de Paulo Freire sobre as Tecnologias: Letramentos Digitais e Críticos. Olhar de Professor, *23*, 1-16. https://www.redalyc.org/journal/684/68464195067/html/

Decreto-Lei n.º 215/2012 do Ministério Justiça. (2012). Diário da República: I Série, nº 189/2012. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/215-2012-175545

Decreto-Lei n.º 51/2011 do Ministério da Justiça. (2011). Diário da República: I Série, n.º 71/2011. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-2011-276858

Decreto-Lei n.º 74/91 do Ministério da Educação. (1991). Diário da República: I Série A, n.º 34/1991. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-1991-478447

Decreto-lei nº 215/2012 do Ministério da Justiça. (2012). Diário da República: I Série, nº189/2012. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/215-2012-175545

Diário da República n.º 451/99 do Ministério da Justiça e da Educação (1999). Diário da República: II Série, nº127/99.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). (2023, Maio 5). Instrumentos de Gestão.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). (2023b, Março 27). Estabelecimento Prisional de Aveiro. https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais/%C3%81rea-territorial-alargada-do-tribunal-de-execu%C3%A7%C3%A3o-de-penas-do-Porto/Estabelecimento-Prisional-de-Aveiro

Fernandes, D. (2009). *Avaliação de programas e de projectos pedagógicos*. In Sapiens 2009 (Ed.), Anais do VIII Congresso Internacional de Educação, (pp. 36-40). Recife, PE: Sapiens – Centro de Formação e Pesquisa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5885/1/Avaliac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Programas%20e%20Projetos%20Pedago%CC%81gicos.pdf

Fernandes, D. (2010). Acerca da Articulação de Perspetivas e da Construção Teórica em Avaliação Educacional. In Maria T. Esteban e Almerindo J. Afonso (Eds), *Olhares e Interfaces: Reflexões Críticas sobre a Avaliação*, (pp.15-44.) São Paulo: Cortez. https://www.researchgate.net/publication/314207958_Acerca_da_Articulacao_de_Perspetivas_e_da_Construcao_Teorica_em_Avaliacao_Educacional

Fernandes, D. (2011). Avaliação de Programas e Projetos Educacionais: das Questões Teóricas às Questões das Práticas. In D. Fernandes (Ed.), *Avaliação em Educação: Olhares sobre Uma Prática Social Incontornável* (pp.185-208). Curitiba: Editora Melo. (PDF) Avaliação de programas e projetos educacionais: Das questões teóricas às questões das práticas (researchgate.net)

Fernandes, D. (2013). Avaliação em Educação: Uma Discussão de Algumas Questões Críticas e Desafios a Enfrentar nos Próximos Anos. In D. Fernandes (Ed.) *Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação,* (pp. 449-472). Fundação Cesgranrio. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8998

Domingos, F. (2018). *Contributos das perspetivas orientadas por/para uma agenda social*. In J. Ferrão, & J. P. Paixão (Orgs.), Metodologias de avaliação de políticas públicas (pp.49-70), Imprensa da Universidade de Lisboa. https://www.researchgate.net/publication/330684086_Contributos_das_perspetivas_orientadas_porpara_uma_agenda_social

Formosinho, J. e Machado, J. (2004). Evolução das Políticas e da Administração da Educação em Portugal. Administração Educacional. https://ciencia.ucp.pt/en/publications/evolu%C3%A7%C3%A3o-das-pol%C3%ADticas-e-da-administra%C3%A7%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-em-portugal

Fundação José Neves. (2023, Março 29). A educação ao longo da vida, entre os adultos portugueses, tem vindo a aumentar. https://brighterfuture.joseneves.org/insight/a-educacao-ao-longo-da-vida-entre-os-adultos-portugueses-tem-vindo-a

Holden, D. e Zimmerman, M. (2009). *A practical guide to program evaluation planning*. London: Sage.

Howe, Kenneth R. (2003). *Closing Methodological Divides: Toward Democratic Educational Research*. Boston: Kluwer.

https://dgrsp.justica.gov.pt/

https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Informacao%20Legislativa/dsp-cjt_451-1999.pdf?ver=2018-12-03-143111-740

https://www.researchgate.net/publication/277186217_Avaliacao_de_programas_e_projetos_educacionais_Das_questoes_teoricas_as_questoes_das_praticas

Lei n.º 115/2009 da Assembleia da Republica. (2009). Diário da República: I Série, n.º 197/2009. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/115-2009-491690

Lei n.º 46/86 da Assembleia da República. (1986). Diário da República: I Série n.º 237/1986. https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34444975/view?q=Lei+n.%C2%BA%2046%2F86

Lei nº 122/2019 da Assembleia da República. (2019). Diário da República: I Séria, nº 178/2019. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/122-2019-125016439

Lima, L. C. (2018). Lei de Bases do Sistema Educativo (1986): Ruturas, continuidades, apropriações seletivas. *Revista Portuguesa De Educação*, *31* (Especial), 75 – 91. https://doi.org/10.21814/rpe.15077

Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO). (2021). *Education in prison: A literature revie.* UNESCO.

Regulamento Interno. (2018). Regulamento Interno: Agrupamento Escolas Aveiro. https://aeaveiro.pt/wp-content/uploads/Regulamento-interno.pdf

Rodrigues, M. L. e Silva, P. A. (2016). A constituição e as políticas públicas em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, NE, 23-32. http://journals.openedition.org/spp/2578

Teixeira, S. (2005). *Cultura da Organização*. In Mc Graw-Hill (Eds.), Gestão de Organizações (3 ed., pp. 172–180). Mc Graw-Hill. https://www.academia.edu/35967940/Gestao_das_organizacoes_Sebastiao_Teixeira

Teodoro, A. e Aníbal, G. (2007). A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação, 10* (10), 13-26. https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/627

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2015). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras Nelson Mandela). Genebra: Nações Unidas. https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf

Westat, J. F. (2002). The 2002 User-Friendly Handbook for Project Evaluation. National Science Foundation.

Anexos

Anexo A – Objetos, dimensões, questões, público-alvo

Objetos	Dimensões	Questões	Público-alvo
Viabilidade	Conteúdos	Como avalia relevância e a adequação dos recursos (metodologia dos 5 passos e outros documentos) disponibilizados pelo *Apps for Good* para o desenvolvimento do projeto?	Professores /Alunos
		O quão completos são os recursos (metodologia dos 5 passos e outros documentos) disponibilizados pelo *Apps for Good* para o desenvolvimento do projeto?	Professores /Alunos
		Quais os ajustes ou melhorias sugeriria para os recursos do programa?	Professores /Alunos
	Programa	Quais foram os principais fatores de êxito durante a implementação e desenvolvimento do programa?	Professores/Alunos/Direção EP/*Apps for Good*
		Quais foram os principais desafios enfrentados na implementação e desenvolvimento do programa?	Professores/Alunos/Direção EP/*Apps for Good*

Viabilidade	Expansão	Quais foram as lições aprendidas e as recomendações que melhorariam e expandiriam o programa no sistema prisional?	Professores/Alunos/Direção EP/*Apps for Good*
	Recursos Humanos	O que acha sobre os *experts* e a equipa do *Apps for Good* no desenvolvimento do projeto?	Professores/Alunos
		Qual a sua opinião sobre o desempenho e o papel dos professores no desenvolvimento do projeto?	Alunos
		Quais são as necessidades de suporte e desenvolvimento profissional dos professores?	Professores/Direção EP/*Apps for Good*
	Saída do programa	Caso tenham saídos alunos durante o programa quais foram as razões identificadas? Caso tenha identificado, conhece alguma estratégia para mitigar as saídas?	Professores
	Ensino	Quais são as estratégias ou medidas adotadas para adaptar o programa às normas e ao contexto prisional?	Professores/Direção EP
		Como descreveria o ambiente escolar dentro do estabelecimento prisional?	Professores/Alunos
		Quais são as estratégias utilizadas para manter o interesse e o compromisso dos alunos ao longo do programa?	Professores
	Expectativas	O que o motivou a participar no *Apps for Good*? Qual foram as expectativas?	Professores/Alunos

Impacto	Competências	Quais foram as principais competências técnicas que os alunos desenvolveram ao participar no programa?	Professores/Alunos
		Quais foram as principais competências sócio emocionais que os alunos desenvolveram ao participar no programa?	Professores/Alunos
	Reinserção	De que forma o programa influenciou/influenciará a sua vida após a saída da prisão?	Alunos
	Perceções	Que outros impactos o programa *Apps for Good* tem nos alunos do sistema prisional? / Que outros impactos o programa *Apps for Good* teve em si?	Professores / Alunos
		Qual foi o momento mais marcante (positivo ou negativo) durante o programa? Porquê? O que retirou do mesmo?	Professores/Alunos/Direção EP/*Apps for Good*
	Professores	De que forma o programa impactou o seu papel enquanto professor no contexto prisional?	Professores
	Programa	Como é que o *Apps for Good* colabora com o sistema prisional e quais são os objetivos do programa nesse contexto?	*Apps for Good*/Direção EP

Anexo B – Entrevistas

Entrevista P01

ENT: Olá, Professora P01. Antes de mais obrigada pela sua disponibilidade, o seu contributo é muito importante para a avaliação do *Apps for Good* no EP de Aveiro.

P01: De nada, de nada.

ENT: Começaria então por lhe perguntar qual a sua área de ensino.

P01: Sou do grupo 520, Biologia e Geologia, mas na prisão leciono Cidadania e Empregabilidade ao Nível B3; Aprender com autonomia ao Nível B3 e Sociedade Tecnologia e Ciência ao Nível Secundário.

ENT: Sendo que desses níveis de ensino aplicou o Programa *Apps for Good* em qual ou quais?

P01: Ao Nível Secundário.

ENT: Ok. Antes de falarmos um bocadinho da experiência, voltaria atrás para perguntar o que a motivou a participar no programa e quais eram as expectativas.

P01: Claro. Nós soubemos do programa e recebemos a informação através do Sr. Diretor do Estabelecimento Prisional. Inicialmente pareceu-me impossível participar. Mas, a colega P02 achou que não era assim tão impossível e que podíamos tentar. As expetativas não eram nenhumas [risos]. Considerámos sempre que a nossa posição, relativamente a escolas era inferior. Isto porque nem condições físicas nem estabilidade de formandos tínhamos e a motivação e capacidade de formandos seria muito irregular ao longo do ano. Era um desafio com muito risco para correr bem.

ENT: Refere-se a uma instabilidade de formandos porque é um estabelecimento de preventivos, certo?

P01: Exatamente. No nosso caso os alunos que foram saindo ao longo do programa, e foram alguns, só 2 dos que iniciaram chegaram ao fim. Saiam do EP para outros estabelecimentos, por terem sido condenados, ou saídas em liberdade. Não houve outras razões. É a realidade do EP de Aveiro que, sendo uma prisão de preventivos, acaba por ser uma prisão de passagem, sem previsão do tempo que cada recluso vai ficar.

ENT: Mas, apesar de todos os riscos avançaram. Focando no contexto prisional quais foram as estratégias ou medidas adotadas para adaptar o programa às normas prisionais?

P01: Para além de todos os constrangimentos, falta de internet, os computadores muito velhos e muito degradados, limites de horários, a instabilidade do grupo por entradas e saídas ao longo do ano, ainda estávamos em pandemia, funcionando com aulas à distância através de envio de materiais escritos, e

depois aulas através de um acrílico, sem a possibilidade de contacto entre professores e formandos, ah e a limitação também do trabalho de grupo.

ENT: Um desafio mesmo, ainda mais em pandemia num contexto tão restrito. Poderia partilhar um bocadinho da dinâmica, como começaram, com quantos alunos e equipas?

P01: Começámos com 6 já prevendo que nem todos chegariam ao fim. Começámos por apresentar o projeto e pedir ideias de problemas que sentissem e que achassem que poderiam ser resolvidos com uma *App*. A ideia surgiu rapidamente, entretanto as aulas voltaram a deixar de ser presenciais e as atividades foram sendo realizadas à distância, através do envio e da receção das propostas de trabalho. Depois voltámos às aulas presenciais, mas através de um acrílico e trabalhava-se em papel, os formandos de um lado do acrílico e as professoras do outro. Do lado dos formandos existia papel de cenário, em substituição de um quadro que não existia no parlatório onde eram dadas as aulas e era aí que iam sendo escritas as ideias, as estratégias, os primeiros esboços da aplicação. O entusiasmo era grande, mas as condições de trabalho muito más. Mas as ideias iam surgindo para complementar a ideia inicial e o projeto foi andando, os formandos que tiveram de sair ficaram com muita pena e os que foram chegando rapidamente se entusiasmaram e aderiram.

ENT: Que bom, o trabalho ia fluindo apesar dos obstáculos.

P01: Sim, sim.

ENT: E professora, com estas entradas e saídas como formaram as equipas?

P01: As equipas foram inicialmente formadas por formandos que estavam a frequentar a escola e manifestaram mais vontade de participar. Eram 5 ou 6, ao longo do tempo, e porque a nossa prisão é de preventivos, foram saindo alguns da equipa, foram chegando outros que foram integrando. No final, só 2 formandos tinham feito parte da equipa inicial. Alguns passaram por lá, mas nem estiveram no princípio nem já estavam no final. Por isso tínhamos 1 equipa, mas que teve a participação de muitos formandos que se foram substituindo ao longo do tempo pelas razões que já expliquei.

ENT: Tocando nesta questão da frequência escolar, como é que descreveria o ambiente escolar dentro do EP?

P01**:** Muito inconstante, mas dadas as circunstâncias individuais e coletivas dos formandos e as motivações diferentes para progredir na formação académica, o balanço é positivo. A maior parte das vezes temos um grupo minimamente motivado, sobretudo quando as atividades são mais práticas e relacionadas com as suas vidas, quando sentem que têm alguns conhecimentos que gostavam de aprofundar ou pelo menos esclarecer melhor. A motivação para a frequência da escola nem sempre é a mais adequada, daí que o cumprimento das regras, como a assiduidade, pontualidade, realização de tarefas se torna mais difícil o que prejudica o ambiente do grupo. Também a instabilidade emocional,

provocada pelos acontecimentos judiciais que se vão sucedendo principalmente porque estão em prisão preventiva, a aguardar julgamento e criam grande ansiedade. Nem sempre é fácil controlar e nem todos conseguem aproveitar as atividades da escola com a tranquilidade desejável. Mas temos sempre os casos de sucesso. Os que aproveitam o tempo de reclusão para crescer como pessoas e em termos académicos. Os que colaboram em tudo, com entusiasmo, que cumprem as regras e que reconhecem a oportunidade que não teriam tido lá fora. O balanço é muito positivo. A maior parte do tempo o ambiente escolar é positivo. Cria-se cumplicidade, espírito de grupo e vontade de colaboração entre todos, sem deixar ninguém para traz.

ENT: Isso é muito bom de ouvir. Obrigada, professora e…

P01: Ah, sobre este assunto escrevi 2 artigos que lhe vou enviar.

ENT: Ah, isso é incrível. Agradeço imenso. (pausa) E professora, é neste contexto que surge o *Apps for Good*.

P01: É verdade.

ENT: E trabalhavam o *Apps for Good* de forma curricular ou extra-curricular? Como organizaram o trabalho?

P01: Curricular. O trabalho foi organizado pelas professoras de TIC e Formação Técnica de Informática, que orientaram as atividades no sentido de proporcionar aos alunos uma forma diferente da abordagem dos conteúdos das disciplinas. Este projeto foi desenvolvido em tempo de pandemia o que dificultou muito a organização e concretização das atividades.

ENT: Para além da pandemia, que foi um grande desafio, quais outros desafios enfrentaram?

P01: Como já tinha referido, o mau estado dos computadores que existiam que mesmo assim foi um pouco ultrapassado pela oferta de computadores melhores; a falta de internet dentro do EP, apesar de termos tido autorização e ter sido cedido equipamento para aceder apenas nas aulas, tal não foi possível pois as paredes do EP não permitem mesmo a passagem de sinal. O tempo com apenas envio e receção de material escrito através da direção do EP, e numa outra fase também longa, as aulas no parlatório com separação de acrílico entre professores e formandos, dificultando bastante a comunicação, pois até o som era difícil de se fazer ouvir do outro lado do acrílico. Era preciso falar muito alto, devagar e olhar bem de frente para o interlocutor para perceber, pela articulação labial, as palavras proferidas. Difícil. Muito difícil.

ENT: E as necessidades de suporte e desenvolvimento profissional dos professores?

P01: Penso que, no nosso caso, as necessidades são mais de recursos físicos. As professoras envolvidas nas questões técnicas são bastante competentes, com conhecimentos bastante profundos e atualizados.

A mim, como coordenadora, o trabalho foi bastante facilitado pela qualidade das professoras de informática que concretizaram a parte técnica.

ENT: As professoras tiveram um papel e têm um papel muito importante. Com todas estas condições como mantiveram o interesse e o compromisso dos alunos ao longo do programa? Alguma estratégia que utilizaram?

P01: Relativamente ao projeto, o que manteve o interesse dos alunos apesar de todos os imprevistos que iam condicionando a sua realização, foi o tema. Criar uma ferramenta que ajudasse a resolver grandes problemas que sentem todos os dias no EP, foi a motivação. Depois a aprendizagem de novos conteúdos que permitiriam, também no futuro, melhores competências informáticas e todas as outras que desenvolveram para conseguir concretizar o projeto.

Relativamente ao programa de ensino privilegiamos a estratégia do projeto integrador, como o *Apps for Good*, desenvolvendo temas de interesse para os formandos, com envolvimento de todas as áreas disciplinares e de todos os níveis de ensino. Cada um colabora da forma que é capaz e desenvolve o tema de acordo também com as suas capacidades de forma a atingir as metas propostas para o seu percurso escolar. Sempre que possível, realizamos projetos que envolvam o trabalho manual, construindo objetos que possam servir com presente para oferecerem aos seus familiares, sobretudo crianças. Por exemplo, a construção de "cubos mágicos" com imagens de um tema estudado e textos produzidos que envolve a matemática, a pesquisa de informação sobre o tema proposto, o sentido estético, a leitura, a escrita, a informática. Estes cubos serviram para presentes para os filhos no dia da criança.

ENT: Privilegiam muito a prática, isso é muito bom. Uma das grandes vertentes do *Apps for Good*, contudo o programa também dispõem de materiais. Como é que a professora avalia a relevância e a adequação desses recursos?

P01: Os materiais… Apesar de não ter estado na parte mais específica e informática do projeto, como coordenadora, e de acordo com as opiniões que fui ouvindo, penso que são bastante relevantes e adequados.

ENT: Quanto aos *experts* tiveram contacto?

P01: Sim, sim. Excelentes colaboradores que para além de ajudarem na resolução de problemas, incentivam muito o desenvolvimento do projeto.

ENT: E como seria de esperar tiveram contacto com a equipa do *Apps for Good*, tanto as professoras como os alunos.

P01: Sim, foram um excelente apoio e reforço da motivação. No nosso caso concreto, as visitas que nos fizeram foram muito importantes para as professoras, foram fundamentais para os formandos que

perceberam a relevância do projeto e o apoio que lhes estava a ser dado também a eles, reclusos. A simpatia, disponibilidade de toda a equipa, foi preciosa para conseguirmos chegar ao fim, pois muitas vezes a vontade de desistir foi grande.

ENT: Focando agora nos alunos, quais foram as principais competências técnicas que os desenvolveram ao participar no programa?
P01: Penso que as professoras de informática responderão com maior conhecimento a esta questão.

ENT: Ok. E as competências sócio emocionais? Teve contacto suficiente para conseguir identificar?
P01: Diria o espírito de equipa, trabalho de grupo, cumplicidade entre todos, importância da comunicação e formas de comunicar capazes de motivar os outros. Organização de ideias. Selecionar informação fundamental, resumir e apresentar com entusiasmo, sem falhas e no tempo previsto.

ENT: Identificaria outros impactos?
P01: Sim, gerou um sentimento de igualdade relativamente aos alunos em liberdade, por poderem participar num concurso comum. A melhoria da autoestima, reforço da autoconfiança e confiança também nos outros. No entanto, a sensação de que estavam a trabalhar em piores condições, pelas limitações de materiais e internet foi algumas vezes motivo de desânimo.

ENT: Compreendo, mas muito bom ouvir que se gerou um sentimento de igualdade. Pergunto-lhe agora qual foi o momento mais marcante, pode ser positivo e/ou negativo durante o programa? Porquê? E o que é retirou?
P01: Foram vários, mas a primeira reunião *online* que tivemos com a equipa, foi marcante, porque foi a oportunidade que tivemos de perceber o quanto estavam envolvidos, o quanto eram já capazes de apresentar a ideia, o quanto eram capazes de estar em equipa e o orgulho que manifestaram por fazer parte de um projeto tão importante. Marcou-nos a todos o caso de um formando que tinha pedido para sair para prisão domiciliária com pulseira eletrónica e depois desta reunião, desejava que não lhe fosse atribuída. Gostaria de continuar preso para poder participar no projeto até ao fim.

ENT: Uau, isso (pausa) bem, sem dúvida que leva a uma grande reflexão. E como é que a professora tendo um papel mediador para levar esta oportunidade aos alunos se sente? De que forma o programa impactou o seu papel enquanto professora no contexto prisional?
P01: Foi um excelente contributo para perceber ainda melhor que o papel da escola nos EPs, permite a estes adultos presos, oportunidades únicas que nunca teriam tido se não estivessem presos. A responsabilidade de proporcionar da melhor forma possível a concretização de projetos com tanta

ambição e a capacidade de adaptar as limitações a formas de fazer, são enormes desafios que, quando concretizados, nos enchem de satisfação pessoal e profissional.

ENT: Muito bem. Quanto aos principais fatores de êxito, o que identificaria?
P01: Primeiro a ideia. O levantamento de todas as dificuldades que podiam ser ultrapassadas foi motivador. Depois os desafios que foram sendo ultrapassados apesar de todas as circunstâncias limitadores, as condições físicas do EP como já disse – falta de 'pcs' e internet e pandemia. Também as visitas da equipa. Também o apoio da direção do EP que esteve sempre connosco a tentar resolver os problemas que iam surgindo, a colaborar de todas as formas possíveis para que o projeto fosse concretizado, manifestando sempre grande orgulho na ideia e na proposta de a concretizar.

ENT: Estamos quase a terminar. Por fim, gostaria de lhe perguntar quais foram as lições aprendidas, recomendações e melhorarias de expansão para o programa no sistema prisional?
P001: Aprendemos todos que é possível desenvolver projetos ambiciosos. Que todos juntos somos capazes de adaptar as condições limitadas do EP e produzir projetos como se não houvesse constrangimentos. Percebemos muito melhor a realidade das condições precárias em que trabalhamos. O que seria mesmo bom, era poder ter material informático mais adequado: computadores atualizados e potentes e, claro, internet para uso apenas nas aulas e com supervisão dos professores.

ENT: Era uma grande ajuda para continuarem a dinamizar o incrível trabalho que têm feito até aqui (pausa) Professora, é isto. Muito muito muito obrigada pela sua disponibilidade.
P01: De nada, obrigada eu.

Entrevista P02

ENT: Olá Professora P02, tudo bem?

P02: Sim e a Joana?

ENT: Também, obrigada. Professora, obrigada por ter disponibilizado este tempinho para falar sobre a sua experiência no *Apps for Good*. Começaria então por perguntar o que a motivou a participar no *Apps for Good*? Tinha expectativas?

P02: A possibilidade de utilizar aplicações que de outro modo não conseguiríamos ter acesso. A possibilidade de integrar uma comunidade de inovação tecnológica, aplicar estratégias de desenvolvimento de projeto, de desenvolvimento de produtos, possibilidade de contactar com *experts* de várias áreas.

ENT: Com esse interesse pela tecnologia a professora é de que área disciplinar?

P02: Informática [risos].

ENT: Professora, como foi a dinâmica do trabalho? Como começaram? Desenvolveram o programa a nível curricular ou extra-curricular?

P02: Curricular, integrado em módulos como informática, noções básicas e gestão e organização da informação.

ENT: E as equipas? Como constituíram?

P02: Com os alunos interessados em participar. Formamos uma equipa, os elementos iam aumentado ou diminuindo, não esquecer que se trata de um estabelecimento prisional de regime temporário.

ENT: Tiveram alunos a sair do programa?

P02: Sim, mas as únicas saídas registadas são as por transferência para outros estabelecimentos prisionais. Nada podemos fazer.

ENT: Claro. E quais são as estratégias ou medidas adotadas para adaptar o programa às normas e ao contexto prisional?

P02: Em contexto prisional não é possível o acesso à internet. Tudo é pensado e realizado *offline*. É necessário planificar, planear com antecedência. Todo o material de pesquisa, material utilizado na conceção dos protótipos, deve ser introduzido na sala de aula pelos professores, por isso, em conjunto

com os formandos, criamos uma lista de necessidades e na aula seguinte tentámos levar para a aula os programas *offline* que necessitavam, as imagens, textos, pesquisas…

ENT: Como é que a professora descreveria o ambiente escolar dentro do estabelecimento prisional?

P02: De uma forma geral, respeitador, comprometedor, aglutinador. Depende muito do grupo de trabalho que encontramos, pois no nosso caso como se trata de um EP onde estão provisoriamente, no máximo 2 anos, o grupo de formandos é muito flutuante e num período de um mês há sempre um formando que entra e outro que sai.

ENT: E no meio de desta situação tão especifica, a prevenção, quais são as estratégias utilizadas para manter o interesse e o compromisso dos alunos ao longo do programa?

P02: A principal estratégia é mantê-los ocupados, ir avançando no projeto, ir introduzindo novos desafios e novas aplicações tecnológicas. A possibilidade de trabalharem com aplicações tecnológicas inovadoras é sempre considerado um grande motivo de interesse e compromisso.

ENT: Quanto ao *Apps for Good*, haviam matérias de apoio como é que avalia a relevância e a adequação desses recursos disponibilizados para o desenvolvimento do projeto?

P02: Ao longo de todo o processo os recursos disponibilizados encaixaram perfeitamente nas necessidades sentidas.

ENT: São completos para o que necessitam?

P02: Muito completos, seguimos todos os passos.

ENT: Quais os ajustes ou melhorias sugeriria para os recursos do programa?

P02: A vossa plataforma! Muito confusa….

ENT: Em termos da experiência do utilizador? Algo a ser melhorado.

P02: Sim.

ENT: E perguntar também sobre um outro recurso, que são os *experts*. Qual a experiência que tiveram?

P02: Recorremos 2 vezes aos *experts* e foi fantástico. Ajudaram sempre a melhorar a nossa solução. Acrescentam! Mostraram total disponibilidade para nos ajudar.

ENT: Quanto à equipa do *Apps for Good* o que acha do apoio ao longo do programa?

P02: Muito disponível, profissional, simpática e acolhedora.

ENT: Focando agora nas professoras, teve necessidades de suporte profissional para o desenvolvimento do programa?

P02: Como a nossa equipa era formada era e é, por duas professoras de informática, eu e a P03, não sentimos necessidade de formação.

ENT: Era a vossa praia [risos]. E de que forma o programa impactou o seu papel enquanto professora e mais especificamente no contexto prisional?

P02: O facto de obrigar a uma gestão diferente da sala de aula. Creio que me aproximei mais deles, tornei-me um membro da equipa.

ENT: E sobre os alunos? Quais foram as principais competências que identificou que os alunos desenvolveram ao participar no programa?

P02: Diria a capacidade de desenvolver projetos, capacidade de explorar novas soluções tecnológicas. Sim. É essencialmente isso.

ENT: E a nível sócio emocional?

P02: (pausa) Principalmente o relacionamento interpessoal e a capacidade de trabalhar em equipa.

ENT: Ok, ok. E tem outros impactos que consiga identificar?

P02: A possibilidade de explorarem soluções informáticas diferentes das que normalmente utilizam, o que melhorou substancialmente as aptidões e competências técnicas e tecnológicas deles.

ENT: Obrigada professora (pausa). Gostaria que a professora partilhasse qual foi o momento mais marcante seja positivo ou negativo, ou os dois? O que retirou desse momento?

P02: A participação na sessão de apuramento.

ENT: Porquê?

P02: Pelo empenho e pelo compromisso dos formandos, o esforço para o trabalho em equipa para que tudo corresse bem. Os desafios e participação no concurso foram um foco de muito interesse de motivação que os levou a colaborar e a entreajudar-se, melhorando o relacionamento interpessoal, que é muito necessário neste tipo de formandos, e o compromisso com situações.

ENT: Quantos aos desafios… quais foram os desafios no desenvolvimento do programa?

P02: A falta de acesso à internet, os constrangimentos relacionados com regras do EP. Por exemplo, a impossibilidade de levar qualquer tipo de material para a cela, o que os obriga a trabalhar apenas nas aulas não pode haver trabalhos de casa, entre aspas.

ENT: E os êxitos? Quais foram os principais fatores de êxito durante a implementação e desenvolvimento do programa?

P02: O acesso a programas, *apps* que de outro modo não utilizariam e o desafio de participar num concurso.

ENT: Mesmo mesmo a terminar.

P02: Sem problema.

ENT: Quais foram as lições aprendidas e as recomendações que melhorariam e expandiriam o programa no sistema prisional?

P02: É necessário haver uma forte motivação dos professores pois somos nós que puxamos sempre por eles e que temos realmente um enorme trabalho acrescido.

ENT: Obrigada professora.

P02: De nada.

Entrevistas P03

ENT: Olá Professora P03. Como está?

P03: Bem e a Joana?

ENT: Bem. Antes de mais agradecer a sua disponibilidade.

P03: De nada, no que conseguir ajudar.

ENT: Começaria então por perguntar o que a motivou a participar no *Apps for Good*? Quais foram as expectativas?

P03: Já tinha ouvido falar no *Apps for Good*, quer através de colegas, quer através de notícias. Sempre que ouvi falar fiquei curiosa. No ano que participei, fui de certa forma encorajada pela minha colega P02 que é muito empreendedora e dinâmica. Isso ajudou-me a dar o passo para participar. Tenho sempre como expectativa, crescer e aprender mais e proporcionar também mais e melhores aprendizagens aos alunos.

ENT: A professora P03 é professora de…

P03: Informática.

ENT: Ok, muito bem. Professora, poderia explicar um bocadinho a dinâmica do desenvolvimento do programa? Como começaram? Se desenvolveram o programa a nível curricular ou extra-curricular.

P0E: Os dois, curricular e extra-curricular. Relativamente à organização do trabalho, numa primeira fase, acedemos à plataforma do *Apps for Good*, retiramos os documentos necessários para iniciar os cursos. Organizamos os grupos, criamos momentos de *brainstorming*, e vamos preenchendo todos os documentos inerentes aos cursos. Numa segunda fase, as ideias começam a ficar mais estruturadas e avançamos para uma ideia. E percorremos todos os passos, muito apoiados pela técnica de *brainstorming*, criar nome, criar logótipo, desenhar a aplicação e suas ligações, fazer pesquisa, procurar parceiros, criar *pitch*, criar textos para submeter a concurso, etc.

Durante todo o processo utilizamos diferentes ferramentas e aplicações informáticas para que os alunos desenvolvessem as suas competências e melhorassem a sua literacia digital a par com todas as *soft skills* que foram desenvolvendo com o trabalho em equipa.

ENT: E as equipas? Como constituíram?

P03: Uma. Escolhemos mais ou menos 6, e mesmo assim, durante o processo vão mudando.

ENT: Por ser um EP de preventivos, certo?

P03: Sim, num EP, principalmente num estabelecimento prisional de preventivos, a organização das equipas é um problema. Temos de escolher baseadas no tempo que os alunos poderão estar no estabelecimento, baseadas na responsabilidade e assiduidade. Por este motivo é sempre difícil que os alunos se mantenham durante todo o projeto.

ENT: Um desafio, portanto. E tiveram mais desafios? Fale-me um bocadinho das estratégias ou medidas que tiveram de adaptar o programa às normas do contexto prisional.

P03: A única forma de mitigar algumas saídas é, através de pedidos superiores, alocar alguns reclusos já com pena efetiva quer ao projeto quer ao EP. Mas é extremamente difícil pois há muitas outras variantes. O acesso à internet é muito difícil ou impossível dentro de um estabelecimento prisional e o material informático que temos disponível é obsoleto. Partindo daqui tudo tem que ser adaptado. As aplicações que usamos têm que ter versões para instalar, e têm que funcionar em computadores antigos. Em muitas situações temos que imprimir material, ou levar os ficheiros com resultados de pesquisas.

ENT: Dadas essas condições como descreveria o ambiente escolar dentro do estabelecimento prisional?

P03: O ambiente que vivemos no Estabelecimento Prisional de Aveiro, é, em geral, calmo. A coordenadora dos cursos, a direção e os serviços de vigilância são muito competentes, rigorosos e tranquilos. Tudo isto resulta num ambiente favorável para trabalhar. Claro que temos de lidar diariamente com os problemas graves dos próprios formandos.

ENT: Como quais, por exemplo?

P03: Os tribunais, penas, família, conflitos internos, o que por vezes torna o ambiente mais problemático.

ENT: Ok ok, a escola acaba por fazer parte do dia a dia e inevitavelmente as professoras estão envolvidas. Percebo. E no que toca aos alunos quais foram as estratégias utilizadas para manter o interesse e o compromisso dos alunos ao longo do programa?

P03*:* Penso que em primeiro lugar tem que se criar uma relação de respeito e tolerância. Temos que ir diversificando e adaptando as estratégias, reforçar constantemente a autoestima, alterar os pares de trabalho e os líderes. A utilização de várias e diversificadas ferramentas informáticas também funciona para manter o interesse e o compromisso.

ENT: E o *Apps for Good* puxava essas ferramentas. Focando nos alunos quais foram as principais competências técnicas que os alunos desenvolveram ao participar no programa?

P03: Aprenderam a manipular diversas aplicações informáticas, o *MsWord, MsPowerpoint, Inkscape, Diagrams, Balsamic,* etc.

ENT: E a nível mais sócio emocionais o que acha que desenvolveram?

P03: A melhoria da autoestima, aprender a trabalhar em grupo e a gerir conflitos, gerir ansiedade perante a exposição pública.

ENT: Identifica outros impactos que o programa teve nos alunos?

P03: Penso que os fez sentir outra vez integrados na sociedade.

ENT: Muito bem. E para a professora de que forma o programa impactou o seu papel enquanto professora no EP?

P03: Não só como professora em contexto prisional, também como professora em contexto não prisional e enquanto pessoa, penso que há melhorais sempre em termos de confiança e autoestima. O professor também aprende muito e o contacto com o mundo *Apps for Good* seja equipa e parceiros é enriquecedor, motivador e também a nós professores nos faz sentir mais integrados na sociedade.

ENT: Que bom ouvir isso, já que abordou a equipa e os parceiros perguntava-lhe o que acha sobre os *experts* e da equipa do *Apps for Good* ao longo do desenvolvimento do projeto?

P03: Considero uma mais-valia. Que infelizmente, no nosso caso concreto, não foi muito usada pois as circunstâncias não o permitem. Mas acho mesmo muito interessante a possibilidade dos formandos e dos professores poderem ter contacto com pessoas especializadas nas diferentes vertentes. A equipa do *Apps for Good* é muito dinâmica, empreendedora, simpática e competente.

ENT: Deram apoio ao longo do programa.

P03: Sim, muito.

ENT: E sentiu necessidades de suporte e desenvolvimento profissional?

P03: Sim, penso que poderia haver uma formação mais específica. Formação nas várias aplicações, no modelo de negócio, etc.

ENT: A nível de conteúdos tem os materiais?

P03: Sim, na plataforma temos todos os materiais para desenvolver o programa

ENT: E são adequados e completos? De 0 a 5 quanto atribuía?

P03: Bastante ajudam em todos o percurso.

ENT: Faria algum ajuste ou melhoria para os recursos do programa?

P03: Melhoria na plataforma de apoio. Acho a plataforma com uma navegação muito pouco intuitiva.

ENT: Obrigada. Agora passaríamos a abordar um bocadinho mais a experiência. Qual foi o momento mais marcante para a professora? Pode ser positivo ou negativo ou os dois.

P03: No ano em que a equipa foi premiada, o momento mais marcante foi quando foram comunicados os premiados.

ENT: E tendo sido uma das equipas premiadas. E bem premiadas, o 2ª lugar do ensino secundário. Quais acha que foram os principais fatores de êxito durante a implementação e desenvolvimento do programa?

P03: O apoio da equipa do *Apps for Good,* da coordenação da equipa pedagógica e da própria equipa, da direção e dos serviços de vigilância são fundamentais para o êxito do projeto.

ENT: Quais foram os principais desafios enfrentados na implementação e desenvolvimento do programa?

P03: Condições de trabalho, a falta de internet e de computadores atuais, dificuldades para agendar reuniões ou visitas de *experts*, a plataforma online do *Apps for Good*, dificuldade em manter a mesma equipa até ao final do projeto; gestão emoções.

ENT: E professora, por fim, quais foram as lições aprendidas e as recomendações que daria para melhorar e expandir o programa no sistema prisional?

P03: Em termos técnicos são necessárias melhores condições de trabalho, acesso à internet e computadores atuais. E ter uma equipa de *experts* que visitasse os estabelecimentos prisionais.

ENT: Muito boas sugestões, obrigada professora P03. Agradeço imenso mais uma vez.

Entrevista A01

ENT: Começar por perguntar qual é o seu grau de escolaridade e qual concretizou dentro do EP.
A01: Certo, o meu grau de escolaridade é o 12º ano e eu na altura em que estive no EP de Aveiro, já tinha o 12º ano, mas fiquei a saber lá que como era anterior a uma determinada data, 80 e tal, havia umas disciplinas relacionadas com tecnologias de informação e comunicação que me faltaria para ter realmente o certificado do 12º ano e então foi até uma surpresa para mim. Então fiz os módulos que faltavam e consegui a certificação do 12º ano.

ENT: Boa. Até ao fim, já tem mesmo o 12º.
A01: Sim, já na altura em que em que participei no projeto da *app* já tinha terminado.

ENT: Ok boa e tendo a experiência dentro e fora do EP como é que o A01 descreveria o ambiente escolar dentro do dentro do EP?
A01: O ambiente escolar dentro do EP foi ótimo porque além da parte prática era também um ambiente um bocadinho à parte do que do que era rotina diária, num local daqueles e que permitia a comunicação com outro tipo de pessoas. Abordar temas e assuntos que não eram comuns naquele ambiente. Para mim acabou por ser muito importante, tanto na parte da certificação, como também no contato que tinha com as professoras e mesmo com o próprio grupo que que estava a participar nas atividades escolares, foi muito importante mesmo.

ENT: E diga-me uma coisa A01 o seu curso 12º é do ensino regular ou profissional.
A01: Regular, neste caso o ensino que é dado nos estabelecimentos prisionais está integrado nos cursos EFA adaptado para a formação para adultos.

ENT: E entrando aqui no *Apps for Good* o que o motivou a participar? Quais é que foram as expectativas?
A01: Primeiro soubemos através das professoras e achamos que poderia ser interessante participarmos e durante as aulas foi explicado o que é que se tratava e depois ficava também ao critério de cada um poder ou não integrar o grupo e o projeto. Criou-se o grupo e depois começámos primeiro por ver alguns vídeos de participações anteriores, de outros EPs. O que é que se tratava, como seria a apresentação. Depois partiu-se para a parte mais criativa que foi tentar encontrar uma boa ideia que também foi um processo bastante interessante.

Tudo isto foi feito em grupo, juntamente com as 2 professoras que estavam mais ligadas, a P02 e P03, também elas um bocadinho mais ligadas à parte de tecnologia no que no que diz respeito à formação

que estava a ser dada pronto. As ideias foram bastantes, até que se chegou a ideia principal e a partir daí também foi um trabalho super interessante.

ENT: Quer falar um bocadinho sobre isso?
A01: Sim, tivemos várias ideias que fomos eliminando aos poucos. A ideia da a*pp* destinava-se a facilitar o contato com os reclusos, com o exterior, processar todo o protocolo das visitas e outros pormenores, como por exemplo, o carregamento de vários cartões, estabelecer contactos com os diversos departamentos como o departamento médico e com a própria direção. Ainda é tudo em papel, os pedidos têm de ser preenchidos pelos reclusos, depois enviado e tudo isso exige muito tempo de espera, muito papel.

ENT: E qual foi a sua expectativa antes de começar o programa?
A01: A parte que foi mais interessante e que me cativou logo desde o início foi a parte mais criativa, encontrar uma boa ideia e explorá-la. Uma vez que tinha sido já decida a direção que queríamos tomar então aí explorar o máximo de utilidade possível para poder tirar o máximo proveito possível e para que na *app* tivesse alguma estrutura e alguma validade. Mas depois a parte mais técnica no que diz respeito a estruturar toda a ideia e a concretizar todos os objetivos tudo isso para mim foi muito interessante porque era uma parte em que eu estava à partida menos vocacionado, mas que tinha esse interesse também e foi super útil e interessante. E inclusivamente também o facto de eu e o A02 termos feito a apresentação.

ENT: O pitch…
A01: Exatamente.

ENT: Vocês eram uma equipa de quantos?
A01: Éramos 6, mas no caso do EP de Aveiro há poucos reclusos que realmente estão a cumprir pena. Por acaso era o meu caso, mas a maioria são pessoas que estão a aguardar ainda julgamento, estão detidos preventivamente. E em qualquer altura podem ser libertados ou transferidos, e isso dificulta um bocadinho às vezes alguns processos ou alguns projetos, principalmente aqueles de maior duração. Então há sempre algumas mudanças.

ENT: E como foi essa experiência do *pitch*?
A01: Bastante interessante, claro que tinha conhecimento de o que é um *pitch* e normalmente como são feitos, mas nunca tinha tido a oportunidade de realmente fazer e isso acabou por ser desafiante e interessante e como eu e o A02 tínhamos uma boa relação e comunicação participamos em todas as etapas.

ENT: E tendo em conta a participação quais acha que foram os principais fatores de sucesso?

A01: Foi a criação de uma equipa motivada e criar realmente alguma coisa de interesse e que pudesse ter pernas para andar e até ter uma aceitação prática e uma utilização prática no futuro. Depois, principalmente acho eu, foi a comunicação que havia entre o grupo, porque se criou um ambiente bastante positivo e pró-ativo. Inclusivamente até fora do ambiente escolar se debatiam ideias e surgiram propostas. Esse espírito de grupo associado também muito às professoras P02 e P03 que sempre nos motivaram imenso.

ENT: E a par deste caminho quais é que foram os desafios durante a implementação do programa?

A01: A par de alguma aprendizagem que teve que existir na área da tecnologia foram as condições porque o tempo era muito limitado, como deve imaginar num ambiente prisional tudo é programado numa rotina que inclui várias coisas e cada coisa tem o seu tempo, o seu horário, as suas limitações. O facto de não podermos aceder à internet, que muitas vezes também seria muito útil para aquisição de determinados conhecimentos e até parte técnica, normalmente o que necessitávamos de pesquisar e o que tínhamos interesse era discutido com as professoras e elas depois encarregavam-se de o fazer porque na zona da sala de aulas nem sequer tínhamos acesso à internet. Ah, juntamente com a pandemia. Apanhamos uma das piores alturas o que levou a que não houvesse aulas presencial. Tudo isso dificultou e atrasou o processo.

ENT: Mas mesmo assim conseguires (risos) A01, para desenvolverem o projeto recorreram aos conteúdos do *Apps for Good*. O quão completos são estes documentos?

A01: Está muito bem estruturado, são ferramentas muito úteis para que haja uma perceção primeiro daquilo que o projeto tem que ser e depois acaba por guiar todo o caminho. E acho que realmente pronto está muito bem estruturado.

ENT: Faria algum ajuste, alguma melhoria? Sentiu a necessidade de algo mais?

A01: Não vejo nada a nível de poder sugerir alguma alteração, lembro-me que foi bastante útil. E o apoio dado pela *Apps for Good* e inclusivamente as vossas visitas que aconteceram algumas vezes. Primeiro foi tudo esclarecedor, sei também que houve outras ferramentas facilitadas por vocês que pela dificuldade do momento infelizmente, não, permitiu que algumas dessas ferramentas fossem utilizadas e exploradas por todos os participantes. E, aí tivemos mais uma vez que recorrer um bocadinho a ajuda das professoras, porque elas, sim, tinham acesso em qualquer altura, portanto a vossa ajuda.

ENT: Tocou aqui num assunto muito importante, o papel do *Apps for Good* e o papel das professoras. Qual é que é a sua opinião relativamente ao desempenho da *Apps for Good*, enquanto

equipa que operacionaliza. E depois, sobre as professoras, o papel das professoras durante o projeto com vocês, se pudesse dar aqui estas duas visões?

A01: É assim Joana, no que se refere ao *Apps for Good* como disse todas as informações, a ajuda técnica que vocês disponibilizam. Lembro-me perfeitamente que havia técnicos especialistas em diversas áreas.

ENT: Ia perguntar isso (risos) Tiveram alguma sessão de *expert*?

A01: Infelizmente não com todo o grupo, julgo que existiram algumas com as professoras.

ENT: As professoras eram as intermediárias.

A01: Sim, reuníamos as dúvidas com as professoras e depois transmitiam aos *experts*. Tendo o problema da internet a reunião que maioritariamente com esta rede e *online* tornava difícil.

ENT: E qual o papel desses *experts*?

A01: Foi muito importante porque nós tivemos algumas questões mais técnicas até mesmo na criação de um projeto que fosse viável financeiramente, parceiros. Houve ajudas técnicas dos especialistas em áreas diferentes e isso foi muito importante. Acabou por ser muito importante, ajudou-nos a eliminar algumas dúvidas, a deixar cair outras, procurar outros caminhos que acabaram por se mostrar muito mais favoráveis e muito mais por úteis para concretizar a nossa ideia. O papel das professoras foi importantíssimo também porque realmente, elas estavam super motivadas. Desde o primeiro dia que se criou um ambiente muito bom de entreajuda e havia um sentimento muito positivo por parte de toda a gente e as professoras eram grande parte disso. Nós tínhamos bastantes impedimentos e elas foram um elo de ligação importantíssimo. E acho que a principal chave para o sucesso foi haver um espírito de equipa muito bom e interesse geral. Também muito da vossa parte, motivaram-nos sempre imenso nas reuniões que tivemos em que íamos apresentando o nosso projeto à medida que ia avançando. Além de nos esclarecerem, por exemplo, sobre o tipo de ajudas que poderíamos conseguir e todas as ferramentas que eram disponibilizadas também humana e motivacional. Vocês foram super simpáticas sempre nos deram imensa força para continuarmos o nosso projeto, o que claro que era sempre muito bom saber que podemos contar com a vossa ajuda. E em determinada altura a direção e quase desde início do projeto, porque, além do mais para arrancar com a nossa participação logo acho que mesmo antes das equipa ser formada teve que haver uma consulta prévia com a direção. E reagiram positivamente, achando que sim, que era uma boa ideia o EP de Aveiro participar. Mas depois com o andar do projeto e eu notei que houve cada vez mais um interesse maior parte da direção, porque acharam que realmente a experiência estava positiva e que sempre deram bastante força para que para que as coisas fossem para a frente.

ENT: Que bom. Agora, falando sobre si, quais é que foram as principais competências técnicas que desenvolveu por participar no programa?
A01: Eu diria o planeamento e a e a estruturação de um projeto. Porque realmente como segui e acompanhei todos os passos. Porque para estruturar um projeto destes é preciso analisar diversos componentes. Desde a própria ideia em si, como estruturar a própria aplicação e inclusivamente no que diz respeito à parte económica o modelo de negócio, criar algo que possa ser rentável, que possa causar interesse a possíveis investidores. Analisar todas essas diferentes fases. Numa questão mais técnica mesmo, acho que é um sentimento um bocadinho comum a todos nós, o facto de não ter existido a possibilidade de entrar mais profundamente na parte técnica da programação.

ENT: E relativamente às competências que possa ter ganho a nível sócio emocional. Sentiu alguma diferença?
A01: Muito, acho que foi importantíssimo e acho que realmente teve bastante peso para mim. Principalmente, inclusive numa fase em que estávamos a sofrer tantos constrangimentos e limitações acrescidas que já existem naquele ambiente, mas acrescidas ainda por tudo o que se estava a passar, um isolamento ainda maior, muitas limitações a nível das atividades. Nessa fase que estávamos ainda expostos a muitas mais adversidades. Acabou, acabou até por minimizar as consequências de todo esse isolamento e de tudo, tudo o que estava a ser causado pelos problemas da pandemia acabou por minimizar muito, porque existia aquela motivação. E, mesmo com todas as dificuldades, sempre se conseguiram encontrar soluções para que nos encontrássemos para continuássemos a trabalhar no projeto. Sobretudo para mantermos contato com o mundo cá fora e abordarmos outros temas que normalmente num ambiente deste não abordamos. E com as professoras criou-se uma ligação mais forte.

ENT: E a participação desencadeou outro tipo de impactos em si?
A01: Sim, eu considero que a nível emocionalmente e até nível intelectual, que suscitou muito interesse.

ENT: Qual foi o momento que foi mais marcante para si, seja positivo ou negativo? Os dois durante o programa todo.
A01: Além do último dia, o do evento final. Mas mesmo à parte a parte disso, claro, ficamos todos super contentes e estávamos entusiasmadíssimos para saber qual seria o resultado. Mas acho que se calhar um momento assim mesmo, mais marcante e durante toda a experiência, nem foi nesse dia, se calhar foi o dia no dia do encontro regional. Não tínhamos praticamente nada em termos comparativos de trabalho e do que tinha sido elaborado pelas diferentes escolas, não tínhamos praticamente nada que pudéssemos comparar. Até esse dia, a única coisa que tínhamos tinha sido o trabalho que tínhamos feito e a ideia que tínhamos desenvolvido. Sempre acreditamos nela, sempre achamos que tinha bastante potencial, que que que poderia realmente ser algo que pudesse vir a ser utilizado na realidade. E vimos muito boas ideias, mas aí também começamos a ver que realmente a nossa ideia, o nosso projeto, não estava assim

tão mal estruturado.
E depois no final do dia, quando soubemos que tínhamos passado para a fase final, isso realmente acho que foi quase de certeza o momento mais marcante porque foi o resultado que realmente não era apenas só a nossa perceção. Foi o comprovar que não estávamos assim tão errados.

ENT: Claro, foi muito bom depois deste trabalho todo. E A01, agora que saiu do EP de que forma é que o programa influenciou a sua vida depois da saída do EP?
A01: Como eu disse todos os conhecimentos mais práticos e mais técnicos foi algo que retenho porque foi mais uma aprendizagem que poderei aplicar noutros projetos, noutras realidades. Depois também a própria, a própria relação que se criou com algumas das pessoas, inclusivamente com as professoras, foram pessoas muito importantes durante aquele meu trajeto. Atualmente no que toca a organização e o planeamento, como disse, no início eu sempre fui uma pessoa mais ligada à parte criativa, mesmo em experiências de trabalho anteriores fora do EP de Aveiro. Estou a falar do meu passado de vida. E acho que que adquiri competências a nível de organização e planeamento principalmente. Não é que não tivesse tido experiências anteriores a nível de trabalho de equipa, mas se calhar não tão intensas. E isso também despertou em mim um interesse pelo trabalho de equipa por também saber trabalhar em equipa, porque também há que ter um bocadinho de perceção e saber trabalhar. Saber expor as nossas ideias e fazer valer do que é válido, mas ao mesmo tempo respeitar e integrar as ideias de outros e gerir tudo isso para que se consiga depois no final, um resultado coletivo que agrade a todos que seja que tenha retirado, tenha retirado tudo o que há de mais positivo e de mais útil das gestões individuais e transformar isso num resultado coletivo. É uma competência que utilizo até o até hoje em dia com o que faço, porque apesar de trabalhar remotamente, integro uma equipa de 46 pessoas e todos os dias, apesar de todos trabalharmos remotamente temos várias situações, vários pequenos problemas diariamente, tanto técnicos como como às vezes até de interpretação de que exigem um contato frequente com os outros membros da equipa.

ENT: Que bom, estou muito contente por si. Apenas mais uma pergunta, quais as recomendações para a expansão do programa nos estabelecimentos prisionais.
A01: No que toca à minha experiência e pensando nos meios prisionais eu acho que este tipo iniciativas têm realmente um lugar para serem usadas e aplicadas neste tipo de estabelecimentos. Além de mais, acho que são muito necessárias. Há um grande preconceito de no que diz respeito aos estabelecimentos prisionais, um mundo completamente à parte. Eu mesmo tinha que não era a mais acertada antes de ter estado num sítio destes. Existe um preconceito muito grande, tanto da sociedade quando olha para um tipo de estabelecimento destes, como até dentro dos próprios estabelecimentos prisionais, porque mesmo dentro dos estabelecimentos prisionais, são ambientes muito duros e onde há sempre a tendência de se impor a lei do mais forte do que a lei do mais inteligente. E há um certo preconceito na participação em determinadas atividades isto parte dos outros reclusos. Acham uma perda de tempo, veem quase a

participação em determinados projetos como uma fraqueza de quem o faz. Isto mesmo a nível de, por exemplo, de quem frequenta a escola, quem tenta ser mais pró-ativo e usá-lo em alguma coisa mais positiva. Não só no momento, como futuramente e há um bocado de preconceito em relação a isso e eu acho que projetos como estes são importantíssimos, tanto um bocadinho para desmistificar a ideia que há de que todos os reclusos são uns grandes bandidos e só pensam em cometer crimes e fazer coisas horrendas. Há pessoas que realmente por situações muito diversas, por alguns erros cometeram, acabam por cair numa situação. Aqueles ambientes para muita gente que lá está são ambientes muito estranhos, muito adversos e inclusivamente, para desmistificar a nível social, que há pessoas muito válidas e úteis e interessadas.

Que pretendem pagar pelo erro que fizeram e corrigir essa situação e voltar a integrar a sociedade normalmente e serem elementos válidos na sociedade e também a nível interno, para que deixe ver um bocadinho… Joana, sou sincero eu conheci pessoas que até por parte delas gostariam ou não teriam nada contra em frequentar o ensino escolar, mas por pressões de outros e de serem ridicularizadas e gozadas com isso não o faziam e até tinham vontade de o fazer. Acho que mesmo a nível interno isto acaba por ser muito útil, porque além das competências válidas que se estão a fornecer às pessoas que integram estes projetos acaba por influenciar todo o restante meio prisional. Porque começam a ver que não é uma patetice assim tão grande e em pelo interesse dos participantes. Então quando há resultados positivos as pessoas começam a encarar essas coisas de outra forma e começam a libertar-se de alguns preconceitos e começa a suscitar interesse noutras pessoas que até aí não tinham demonstrado interesse de integrar o sistema educativo dentro das prisões, de integrar outros projetos, mostrar o exemplo de projetos de outros estabelecimentos é muito importante para a expansão. E acho que isso é muito positivo e muito necessário, além do mais, muito necessário mesmo. Acho que vocês estão a fazer um excelente trabalho. Além do mais, são pessoas muito simpáticas, muito acessíveis com uma abertura enorme. E, acho que isso transmite também uma vontade e uma confiança a quem está numa situação dessas de realmente dizer ‘ok afinal não estamos completamente esquecidos. Há pessoas que acreditam em nós e que nos dão força para fazer alguma coisa’ e acho que isso é excelente. E a vossa ideia de continuar a alargar em outros estabelecimentos prisionais eu acho isso fantástico e estou completamente de acordo.

ENT: É muito bom ouvir isso. Obrigado, A01, pelo seu tempo.

Entrevista A02

ENT: Olá A2, tudo bem? Não sei se tens o tempo contado, tens até às 10:30?

A02: Não

ENT: Não? Ok.

ENT: A02 obrigada, como tinha dito da última vez que tivemos juntos estou a fazer a minha dissertação sobre o *Apps for Good* no EP Aveiro. Como não temos muito tempo, se calhar começaria por perguntar o nível de escolaridade que obtiveste no EP.

A02: Eu lá em Aveiro já tinha o 12º, mas como era uma prisão de preventivos eu não me inscrevi na faculdade porque não valia a pena porque a qualquer altura podia ir para outro lado. E lá inscrevi-me no curso EFA do 12º apesar de ter a certificação voltei só a ter para ter algumas cadeiras de informática.

ENT: E o curso era de quê?

A02: Informática.

ENT: E entretanto? Vieste para o EP de Coimbra…

A02: Exatamente. E inscrevi-me na faculdade, fiz o exame para +23 fui admitido. Comecei agora, 10 dias mais ou menos. Só que é outro regime, é a Universidade Aberta é tudo *E-learning*.

ENT: Ok, ok e qual é qual é o curso?

A02: Engenharia informática.

ENT: Uau, ok. A02, muitos parabéns, muitos parabéns, fico mesmo muito feliz.

A02: Obrigada.

ENT: Falando ainda sobre esta questão da do ambiente escolar nos estabelecimentos prisionais, como é que tu descreverias o ambiente escolar?

A02: É um bocado complicado devido às várias faixas etárias. Nós temos lá todas as faixas etárias e estamos todos na mesma sala e todos com capacidades diferentes e níveis diferentes de aprendizagem. E tendo só com uma professora às vezes uns atrasam os outros, é um bocado mais complicado.

ENT: Então quando estavas em sala de aula não era só o 12º?

A02: Não tínhamos 2, mas também porque era o EP de Aveiro que era pequeno. Às vezes tínhamos aulas que eramos só nós.

ENT: Ok e isso torna difícil o ritmo?

A02: É mais livre, é uma aprendizagem mais livre.

ENT: Ok ok. Entanto na escola surgiu o *Apps for Good,* como surgiu?

A02: Por acaso eu lá fora nunca tinha ouvido falar, também deixei a escola alguns anos e foi a nossa professora de informática que nos apresentou o projeto.

ENT: E o que é que te motivou a participar?

A02: Deram a opção. E pronto, para mim foi muito bom porque eu já gostava do projeto lá fora, já gostava de iniciar projetos e gosto sempre de me desafiar.

ENT: Havia alguma expectativa?

A02: Falamos logo que deveria ser algo sustentável, ecológico porque estamos a transitar numa era digital, mas como pensamos que muita gente ia por esse caminho. Mas como nós pensamos que nós no meio prisional somos um bocado esquecidos e ninguém percebe disso melhor nós decidimos colmatar algumas lacunas. E assim também era do nosso interesse, do nosso próprio interesse.

ENT: Por isso vocês desenvolveram a aplicação sobre o EP.

A02: Exatamente, na logística. A logística aqui torna-se complexa e é fácil porque com a tecnologia que temos em mãos não justifica ser tão difícil e falhar tanto.

ENT: Quais achas que foram os fatores de êxito no vosso caso durante o programa?

A02: Acho que foi mesmo isso. Nós sentimos que as falhas existiam e tentámos combatê-las e apresentá-las e se calhar até o diretor viu que a aplicação seria bastante fazível e que daria muito jeito entre os reclusos, como administração, como e todos. E o facto de nós despendermos do nosso tempo livre total, estávamos todos no mesmo sítio e aqui conseguimos caminhar todos no mesmo sentido. Como sabemos lá fora as pessoas tem uma vida mais agitada [risos].

ENT: Tiveram desafios a desenvolver o projeto?

A02: Desafios tivemos bastantes.

ENT: Quais?

A02: Primeiro tentar desenvolver uma aplicação tecnológica quase sem recurso à tecnologia é bastante complicado, eu acho que esse foi o maior desafio, desenvolver sem termos recursos a internet para fazer pesquisas, criar um melhor *design* uma apresentação melhor. Mas mesmo assim quando há gosto e desempenho tudo se consegue.

ENT: Vocês tiveram acesso aos recursos do *Apps for Good*, aos materiais, achas que são adequados e relevantes para ajudar no processo?

A02: São sim, acho que às vezes as pessoas por não estruturarem bem as suas ideias perde-se. E o *Apps for Good* por acaso tinha os passos todos definidos e planeados e assim conseguimos fazer uma coisa completa com pés e cabeça.

ENT: Eram completos?

A02: Sim, sim.

ENT: E farias algum ajuste de melhoria? Sentiram ao longo do desenvolvimento que se calhar aqui faltava alguma coisa?

A02: Já foi algum tempo, a minha memória a curto prazo já não é assim tão boa. Eu acho que não. A dualidade que eu tive foi a falta de apoio da internet, da parte do *Apps for Good* estiveram sempre disponíveis, fazíamos reuniões de tempo a tempo para delinear as coisas para perceber como as coisas estavam.

ENT: E para além do apoio dos materiais tiveram o apoio dos *experts*?

A02: Não chegamos a ter. Se calhar se formos a ver a nossa *expert* era a nossa professora de informática, ela tinha bastantes conhecimentos a nível global programação de design, tudo.

ENT: E agora que falaste dos professores, qual é a tua opinião sobre o desempenho e papel dos professores neste projeto?

A02: É fundamental, é fundamental. Pelo menos a nível prisional se não fosse o apoio da professora acho que ia haver muitas desistências e muitos 'baldas'. Porque eu senti que a professora estava tão ou mais empenhada que nós.

ENT: A P02?

A02: Sim, a P02. Eu sentia que ela na apresentação estava tão ou mais nervosa que eu que estava a apresentar.

ENT: Muito bem, porque vocês foram aos encontros regionais.

A02: Exatamente

ENT: Foi tudo *online*.

A02: Foi tudo *online*, sim. Ainda nos disseram que em princípio podíamos ir, mas é complicado. Também temos de aceitar a circunstância.

ENT: E A02 o que é que retiras aqui de competências técnicas que aprendeste ao longo do desenvolvimento do projeto.

A02: Uma das melhores foi a organização, percebi que é fundamental em qualquer projeto, ter as ideias alinhada, fazer por etapas, fazer os *brainstormings* direitinhos, fazer uma pesquisa e perceber também as concorrências. E depois às vezes torna-se um bocado difícil trabalhar em equipa, cada um tem a sua ideia, cada um quer aplicar a sua ideia. Também ouvir o outro, às vezes a nossa ideia pode não ser tão boa com a outra, mas temos de ir ao encontro do que é melhor para o projeto. E também a autoconfiança, pelo menos para mim que sempre tive medo de palco e de apresentar e pus-me em ação. Se não tivermos medo conseguimos alcançar o que quisermos.

ENT: E na parte mais pessoal, mais sócio emocional?

A02: (pausa)

ENT: Algo que te acrescentou a nível pessoal, não tão técnico.

A02: Acrescentou, mais pela autoconfiança. Para mim o que eu senti mais foi isso, eu antes já tinha estado envolvido em outros projetos, mas se calhar mais esta parte da apresentação de me expor. Desta vez quis quebrar essa barreira a nível pessoal e lancei-me. E saber que ganhámos um prémio…

ENT: Queres falar um bocadinho sobre isso?

A02: Isso foi um nervosismo tal, também estava a apresentar com o A01 e comecei a ter calma e as coisas correram bem e senti o *feedback* das pessoas. Perceber que o Ministério da Justiça viu a apresentação e ficou interessado fez-nos ficar mais empolgado porque ao inico nós no sistema prisional pensamos 'oh, estamos a fazer isto e não nos vai levar a lado nenhum' e depois começamos a perceber o *feedback* das pessoas e das entidades e começamos a perceber que projetámos algo que pode ser útil daqui a pouco tempo e isso faz-nos sentir bem.

ENT: E que influência o programa tem na tua vida agora ou terá depois de saíres do EP?

A02: Posso se calhar ver agora o *Apps for Good* como um caminho para a engenharia informática porque quando era miúdo gostava de computadores, mas usava mais para jogar [risos].

ENT: Também é bom, há jogos muito bons para estimular cognitivamente.

A02: Exatamente e com isto, com o projeto eu gostei mesmo de fazer e gostei mesmo de apresentar e pensar numa aplicação tecnológica e agora vamos lá ver se o meu futuro poderá ser por aí.

ENT: E já tinhas essa ambição de querer frequentar o ensino superior? E concretamente da engenharia informática?

A02: Surgiu agora depois do *Apps for Good*, nunca tinha pensado nisso. É o que eu digo, às vezes fecham-se umas portas, agora abriu-se uma vamos ver.

ENT: E qual foi o momento dessa decisão?
A02: Sou uma pessoa que não gosta de estar aqui parado, já que estou aqui quero aproveitar o meu tempo da melhor maneira e decidi tirar uma licenciatura, como fiz o *Apps for Good* e gostei batente da parte digital e depois a professora P02 começou a dar programação e até entendia bastante a programação e comecei a programar eu e a professora. E isso fez-me agora seguir o curso de engenharia, podia ter seguido outro como línguas, mas segui este também devido ao caminho que fiz em Aveiro.

ENT: Perguntar-te se houve mais algum impacto na tua vida de teres participado no programa.
A02: Foi isso, dar-me uma orientação para seguir engenheira.

ENT: Isso é muito bom de ouvir e diz-me uma coisa, qual foi o momento mais marcante da tua participação no programa positivo ou negativo, ou ambos?
A02: Foi a apresentação.

ENT: A qual? Porque vocês foram aos encontros regionais e depois passaram para o evento final.
A02: A última. Eu só pensava que se estivesse lá não sei se me aguentava em pé.

ENT: E o que é retiraste desse momento? Quais eram os sentimentos que passavam?
A02: Só me queria esconder [risos] E, mas pronto, depois quando acabou, ok é tudo da nossa cabeça e bola para frente. Esse momento marcou-me mais, porque era o que tinha mais barreiras.

[Intervenção do Guarda Prisional para finalizar a chamada]

ENT: Perguntar só quais as recomendações e melhorias que tu darias para expandir o *Apps for Good* em todos os EPs?
A02: Criar mais ferramentas para os reclusos poderem melhorar as suas apresentações e os seus projetos, ajudar os reclusos a terem material para expandirem as mesmas. E também terem bons mentores porque aqui estamos bastantes desmotivados.

ENT: Ok, obrigado A02. Estou muito contente por ti. Obrigada, tudo bem bom.

Entrevista D01

ENT: Ok, podemos então começar. Perguntar como é que o *Apps for Good* colabora com o sistema prisional, quais é que são os objetivos do programa no contexto do sistema prisional?
D01: No nosso caso, nós participámos este ano pela segunda vez, portanto, o ano passado foi a primeira vez e tivemos bons resultados. Mas até aqui não conhecíamos o projeto. O projeto chegou por intermédio de Direção Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais, foram eles que de alguma mandaram o *e-mail* a apresentar o projeto a toda a rede de estabelecimentos prisionais a convidarmo-nos por intermédio das escolas associadas. Ou seja, os estabelecimentos prisionais darem a possibilidade de os reclusos frequentarem a escola, neste caso são cursos profissionais de educação de adultos, aqui a nossa participação estaria a ser subordinada também ao interesse e à adesão da própria escola. E nessa altura, conversei com a professora P01 que era e é a coordenadora e com as professoras de informática, P02 e P03, e pareceu-nos um projeto muito interessante.

Porque efetivamente, tinha a ver com tudo o que é informática e tecnologias, é sempre uma coisa que desperta muito interesse junto da população reclusa e é também por causa de ser uma área que evolui muito rapidamente… Como no meio prisional por questões de segurança o acesso a meios tecnológicos e a internet é muito restrito, significa que quem está preso durante algum tempo acaba por perdermos contactos com a rápida evolução das tecnologias. Por isso, pareceu-nos que de facto era uma maneira interessante de os cativar e também promover a inserção social na medida em que dá oportunidade de estarem a par das novas tecnologias que vão passando lá fora.

E nós nunca tivemos nada aqui de semelhante, esta ideia de pensarem a arquitetura de uma *app* que servisse um determinado objetivo é muito prático e ao mesmo tempo colocava-os no centro destas questões da tecnologia. Portanto entusiasmamo-nos com o projeto, foi apresentado na escola também aos formandos e eles também aderiram.

ENT: Muito bem e no fundo já respondeu à minha segunda pergunta que era as expectativas que tinham com o programa (risos). E Dr. D01 associado a todo este processo que é trazer o programa para dentro do EP quais é que são as estratégias ou as medidas que precisam de adaptar ou adotar para o programa encaixar nas normas do contexto.
D01: Não é fácil, nós fomos falando convosco na altura e com certeza deram contam das nossas limitações. As nossas expectativas eram muito elevadas porque eles iam fazer algo que lhes interessava. Nós tivemos também que pensar muito bem, como é que íamos por em prática este projeto inicialmente, ainda falando das expectativas, eles pensaram que iriam estar efetivamente a criar uma *app*, uma coisa que iria existir da realidade. Nós aí tivemos que explicar esse processo é mais complexo, o que estaríamos aqui a fazer seria a primeira parte desse processo. Ligado à arquitetura, ao tipo de *app*, que

respostas é que iria dar e usando os programas que nós temos ao nosso dispor. Depois a passagem à prática era uma outra etapa onde eles já não estariam assim tão envolvidos.

Mas nós tivemos a necessidade de computadores mais modernos, porque os portáteis com que trabalhávamos, já eram antigos, portanto nós lançamos esse repto na altura organização e os parceiros do projeto e tivemos um acolhimento. Foram-nos facultados os computadores com capacidade. Depois precisávamos também de acesso à internet, porque por norma as regras internas prisionais não permitem que os reclusos tenham acesso à internet e no caso há algumas exceções que têm de ser sempre com alguma supervisão. Nós temos aqui uma dificuldade maior ainda, é que na zona prisional onde os recursos estão a trabalhar são zonas de construção muito antigas com paredes muito grossas. Então, na zona prisional propriamente dita nós não temos sinal de internet o que nos fez a determinada altura passar por uma área junto ao parlatório para acederem.
Mas nós não desmoralizamos e eles também não e acabamos por ultrapassar essas dificuldades com a vossa ajuda e da Direção Geral e levámos o projeto para a frente.

ENT: E o facto de ser um estabelecimento prisional de preventivos também foi um desafio?
D01: Foi, isto significa que alguns reclusos estão na situação de preventivos e depois pode acontecer duas coisas, podem sair pouco tempo depois com uma medida de coação ou o tribunal decidir que em vez de estarem na prisão a espera de julgamento vão esperar em casa com pulseira eletrónica. Ou o tribunal decidir que tem de ficar em prisão preventiva e depois de eventualmente condenados são transferidos para outro estabelecimento prisional. Nós até tivemos 2 ou 3 indivíduos que estavam envolvidos, mas que, entretanto, viram a medida de coação alterada e foram-se embora. Um deles ficou muito desapontado, por não poder acompanhar o resto do projeto até porque ele também tinha alguma formação e também tinha um trabalho ligado à informática lá fora, por conta própria. Então ele chegou mesmo a abordar nos e a perguntar se mesmo sendo libertado, se podia vir cá para poder continuar a participar no programa. Explicamos que não, porque ele deixou de estar sob a nossa tutela e, portanto. Portanto, nós trabalhamos com reclusos que estavam connosco e de um momento para o outro podiam deixar de estar. O grupo final que depois fez a apresentação que se manteve até ao fim eram indivíduos que nós sabíamos que iriam permanecer aqui, porque se não fosse assim corríamos o risco de estarmos a reparar o *pitch* com indivíduos que de um momento já não estava cá.

ENT: E relativamente aos professores e às aulas, sendo o Dr. D01 desta área da gestão do EP, sentiu que houve por parte dos professores alguma necessidade de suporte de apoio concretamente em algumas situações ou em alguns recursos?
D01: Sim, nós trabalhamos de forma muito próxima e os professores têm sempre essa necessidade. Nós reuníamos, mas sobretudo encontrávamos regularmente às vezes nem sequer víamos a necessidade de reunirmos de maneira mais formal, porém, fizemos. Mas não tivemos essa necessidade como a casa é

pequena, nós encontramo-nos diariamente e conversámos sobre estas coisas. E as vezes os problemas também são resolvidos de uma forma muito informal.

Mas sim, houve essa necessidade porque nós, na altura, apresentámos uma proposta de *app* que era muito vocacionada para as condições do EP e dos reclusos. Tinha muito a ver com o dia a dia e, sobretudo, pela ligação com as pessoas que estavam no exterior que as vinham visitar e apoiar, também em termos financeiros. Foi importante, era a própria realidade deles e sempre dissemos 'não se preocupem, ninguém, nem no júri sabe mais do funcionamento do que vocês. São os peritos aqui.'.
Mas depois aqui havia questões administrativas e tínhamos de ser nossa a esclarecer, no que dizia respeito ao processamento das visitas, a questão dos depósitos de dinheiro, portanto, foi preciso nós conversarmos com eles e com as professoras para pensarmos numa *app* que fosse viável. O nosso papel aqui é dar as condições aos professores para fazerem o trabalho. Vemos as ideias que estão na mesa e ver o que pode ou não pode ser feito. Tentamos servir de catalisadores para o trabalho de outros profissionais porque nós temos guardas prisionais, técnicos, pessoal administrativo, profissionais saúde, temos aqui vários agentes e é importante envolver outros profissionais. E o nosso trabalho aqui às vezes é também facilitar isso, desbloquear algum problema resolver alguns conflitos que podem surgir.

ENT: Sabem que têm abertura para isso. Isso é muito bom. E durante o desenvolvimento e implementação do programa, quais é que diria que foram os fatores de êxito dentro do vosso estabelecimento prisional e com a vossa equipa de alunos e professores?
D01: Pronto, no processo as coisas correram muito bem. Para já os envolvidos. Tínhamos uma equipa de professores muito entusiástica e que abraçou este projeto desde o início e se envolveu com ele. E depois disso, os reclusos, sobretudo o grupo final eram reclusos com muitas qualidades não só nas habilitações escolares, mas também com alguma sensibilidade e com facilidade de interação. Acabaram por funcionar bastante bem como grupo, nós tivemos oportunidade quando reuníamos aqui no gabinete, quando estávamos para fazer o *pitch* vimos que tinham uma dinâmica engraçada e não são coisas muito habituais. Por isso diria que resultou deste processo de trabalharmos juntos e do papel dos professores. Tivemos também muita colaboração da parte da chefia dos guardas. Depois em termos dos resultados não podíamos desejar mais na nossa primeira participação, eles estiveram muito bem. O trabalho foi reconhecido como o prémio que lhes foi dado e com os prédios materiais que foi uma coisa que me deixou muito sensibilizado. Eles tinham a noção de que isto era muita competição, mas nunca pensara que podiam receber prémios valiosos. E para eles foi uma surpresa muito grande e foi muito gratificante terem recebido os prémios finais, não só terem conseguido ficar no lugar em que ficaram, mas terem recebido de facto aqueles prémios e eles, eles não tinham essa expectativa, não tinham essa experiência. E nós fizemos aqui uma pequena cerimónia de entrega, e tivemos a presença do Diário de Aveiro. E via-se que eles estavam muito sensibilizados e muito felizes por terem sido premiados ao fim ao cabo.

ENT: Claro, e no fundo, o prémio [equipamento tecnológico] também é um instrumento para o futuro e para o trabalho. Para eles continuarem a desenvolver suas capacidades.
D01: Ao longo do ano temos também muitos concursos internos e os prémios são sempre simbólicos. E terem ganho telemóveis é bastante significativo, eles ficaram surpreendidos, eles e o resto da população. Sabe, sentiram que foram os premiados da mesma forma que qualquer concorrente, foram colocados no mesmo plano que qualquer concorrente que está em liberdade em termos dos prémios.

ENT: Exato, estiveram sempre ao mesmo nível. Não sei se quer enumerar outros desafios…
D01: Como disse ficaram muitos entusiasmados e continuaram a falar durante algum tempo, se a ideia iria ser concretizada. Eles teriam gostado muito de ver concretizado numa parte real, porque efetivamente não pensaram só como uma possibilidade, como um instrumento extremamente importante para agilizar procedimentos. Nós tivemos oportunidade também depois de mostrar ao diretor geral o trabalho deles e ele ficou muito interessado e pediu-nos para enviar esses elementos para o nosso departamento de informática que existe em Lisboa.

ENT: E isso é um bom passo.
D01: Mas se me perguntar se houve alguma vicissitude que não nos permitiu fazer o trabalho que gostaríamos, não, foi aquilo que tínhamos pensado.

ENT: Boa, é bom ter esse sentimento. E o Dr. D01 conseguiria apontar o momento mais marcante, sendo positivo e ou negativo, ou os dois durante o programa? Assim um momento marcante e o porquê? O que é que retirou disso?
D01: Foi muito marcante o momento no encontro regional a professora P01 e P02 estarem no *Marketplace* e enviarem-nos fotografias onde estava o Senhor Secretário de Estado António leite. E eles quando tomaram consciência que o evento tinha estas figuras importantes e perceberam a dimensão. Depois na apresentação final propriamente dita foi marcante quando eles souberam o resultado final, quando souberam eles ficaram eufóricos. Isso foi muito gratificante ver a satisfação deles. Já as dificuldades maiores nós tivemos algumas pausas por causas das restrições e a determinada altura levou-nos a pensar que seria difícil levar o projeto até ao fim.

ENT: Dr. D01, última questão. Agora com a experiência que tem quais é que foram as lições aprendidas e as recomendações que daria para melhorar a expansão do *Apps for Good* nos restantes estabelecimentos prisionais?
D01: Acho que pegando naquilo que foram as nossas dificuldades e limitações é importante que os estabelecimentos prisionais estejam dotados de um espaço que não é só sala de aulas, chamemos uma sala de informática criada de raiz. Que tenha bons equipamentos e que tenha acesso à internet, que obviamente só pode ser utilizado com monitorização. Portanto, esse espaço tem que existir porque um

projeto destes ser divulgado não deve ter estas dificuldades. E, portanto, a informática e fá-lo de uma forma geral tem um requisito mínimo elementar para que os reclusos possam trabalhar com computadores aceitáveis e com acesso à internet.
De resto muito eu acho o projeto em si extremamente interessante desde o princípio. Eles podem criar aquilo que quiserem imaginar, portanto, não é restritivo. E em termos de apoios eu acho que está muito bem a possibilidade de contactar com uns *experts,* fez-nos uma serie de questões e sugestões para nos ajudar a afunilar. O vosso acompanhamento, a vinda aos estabelecimentos prisionais, conversar com os reclusos, com os professores. E acho que não há uma maior expansão, não por falta de interesse no projeto, que ele é muito aliciante mas pela questão das condições.

ENT: Perfeito obrigado doutor D01 pelo seu tempo.

Entrevista GP01

ENT: Obrigada G01 pela disponibilidade, começaria então por perguntar quais foram os principais fatores de êxito durante a implementação e desenvolvimento do programa no ano letivo de 2021/2022?

G01: Bem, desde 2019 que o programa *Apps for Good* expandiu a sua área de atuação para o contexto prisional com o lançamento de um piloto na escola do Estabelecimento Prisional de Vale de Sousa. Desde então tem vindo a crescer nos EPs. Diria que o impacto deve-se essencialmente, ao envolvimento e à motivação dos professores em trazer novas abordagens pedagógicas ao processo de ensino, o facto de o programa ser prático e envolver os alunos na construção de um projeto que junta sabedoria e experiência com um conjunto de competências essenciais ao futuro profissional. Ham (pausa) A flexibilidade da metodologia e dos conteúdos permite uma adaptação ao contexto, ser um programa que não exige total conetividade e recursos tecnológicos avançados. Tantos fatores (risos). Posso também destacar o trabalho em rede temos inúmeros parceiros, os próprios diretores de escolas e dos sistemas prisionais, professores, guardas prisionais, reclusos, só com a colaboração de todos é que é possível. Sem dúvida que o apoio institucional da Direção Geral da Reinserção e dos Sistemas prisionais. E acho que um grande fator de êxito, diferenciador e de impacto é a integração e inclusão dos alunos no programa geral, onde tem momentos de palco para a visibilidade dos projetos como é o caso da competição, esta participação impacta de forma real a vida dos reclusos, nomeadamente nas perspetivas futuras e no sentimento de pertença a um projeto onde podem contribuir para a sociedade.

ENT: Ok e …

GP01: Ah e, desculpa. O facto de ajudar a desconstruir estigmas por parte dos alunos de que não seriam capazes de realizar este tipo de projetos.

ENT: E por outro lado quais foram os principais desafios enfrentados na implementação e desenvolvimento do programa?

G01: Os desafios… atrair os professores para o programa, por vezes ainda existe alguma resistência às abordagens pedagógicos inovadores. Já na implementação, a falta de recursos como computadores e internet, que apesar de não serem necessários em todas as fases do programa, acabam por ser importantes em algumas atividades. E não só, no contexto prisional onde há privação de muitas coisas estas ferramentas são também fatores motivadores para os reclusos.

ENT: E quais são algumas essas atividades?

G01: Principalmente a intervenção na competição e na mentoria com especialistas.

ENT: Muito bem e quanto às lições aprendidas e às recomendações, durante a implementação? O que melhoria a expensão do programa no sistema prisional?

GP01: O *Apps for Good* valoriza bastante e investe na avaliação de impacto por essa razão, por nos dar indicadores de melhoria a cada edição. Especificamente nos estabelecimentos prisionais, tem sido uma constante aprendizagem na forma como os professores adaptam e personalizam o programa à sua realidade. E isso tem sido a maior lição, boa, de que a criatividade e o empenho dos professores são extraordinários. Algo também que guardamos são a necessidade de trabalharmos em conjunto com os parceiros para a entrega de computadores, quando possível, e o acesso a internet também tem sido muitas vezes desbloqueado. E…estamos a envolver cada vez mais outros intervenientes como os guardas que percebemos que o envolvimento e entusiasmo também era grande.

ENT: Tocando aqui nos professores, quais são as necessidades de suporte e desenvolvimento profissional dos professores?

GP01: O apoio e suporte aos professores é essencial para o arranque, desenvolvimento e continuidade do programa. O programa oferece uma ação de formação creditada dos professores que incide sobre a metodologia de projeto e estratégias inovadores em sala de aula. É um programa que promove a capacitação digital e das *soft skills* que exige formação dos professores nestas áreas. Damos ainda um suporte próximo com visitas às escolas e reuniões de apoio direto. E claro, colocamos em contacto com profissionais especialistas nas várias áreas para adquirirem mais conhecimentos e confiança.

ENT: Muito bom… E qual foi o momento mais marcante seja ele positivo ou negativo, durante o programa? Porquê? O que que fica?

GP01: Sem dúvida que as visitas aos estabelecimentos prisionais têm e continuam a ter um impacto muito grande. A forma como nos recebem, o compromisso que assumem em apresentar as suas ideias, a valorização do *feedback* dado, sem dúvida que tem marca.

ENT: E por fim, gostaria de perguntar como é que o *Apps for Good* colabora com o sistema prisional e quais são os objetivos do programa nesse contexto?

GP01: O programa tem definido objetivos muito claros no contexto prisional definidos e trabalhos em parceria com a DGRSP como a reintegração social e profissional dos alunos reclusos, a promoção do sucesso escolar e capacitação digital e das *softs skills* que aumentam as perspetivas de integração no mundo profissionais. E níveis mais estruturais como a justiça restaurativa e de reparação, onde os jovens sentem que estão a contribuir para a sociedade. O processo de reintegração também passa por este processo de reparação. Ainda as mudanças ao nível comportamental com o envolvimento num projeto com um propósito e onde há uma reestruturação cognitiva das suas competências e daquilo que são capazes, havendo ainda espaço para a descoberta de novos talentos e oportunidades de carreira. E claro uma das imagens do *Apps for Good*, a promoção da cidadania.